

JORNALISMO SE DIVORCIA DA COMUNICAÇÃO



ZERO

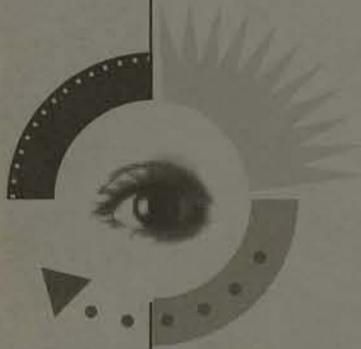
FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 1999 - ANO XV, NÚMERO 5

AGONIA NA

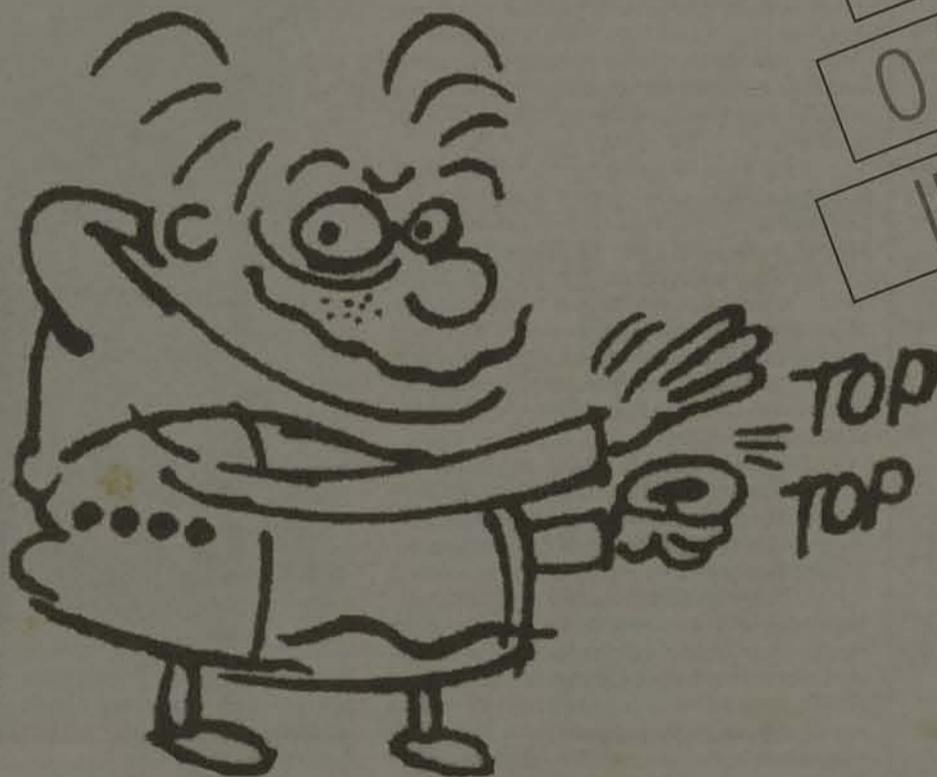
Crise afeta *Jl&C* e ameaça *O Estado*

IMPREENSA

PÁGINAS 6 E CENTRAL



CINEMA E TV:
COBERTURA
ESPECIAL



HÁ 30 ANOS
O PASQUIM
INOVAVA

RETROCESSO:

GOVERNADOR CENSURA JORNAL SINDICAL

ZERO

ANO XV - Nº 5
AGOSTO 99
CURSO DE JORNALISMO
CCE - COM
UFSC

3º Melhor
Jornal-laboratório
do Brasil
Expocom 94

Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI
Set Universitário
88, 89, 90, 91, 92 e 98

Jornal-laboratório do
Curso de Jornalismo da
Universidade Federal de
Santa Catarina
editado pelo
Laboratório de Infografia

Concluído em 19 de agosto

Arte: Daniel Zakroczemski, Dwane Powell, Ildo Golfetto, Romeu Martins
Colaboração: Chris Childs, Doreboon, Daniel Pessah, John Hyde, Quórum Comunicação, Robin Culley, Síntese
Copy-write: Fabrício Rodrigues, Rhodrigo Deda, Prof. Ricardo Barreto, Pedro Valente
Direção de arte e de redação: Prof. Ricardo Barreto
Edição: Camille Reis, Fabrício Rodrigues, Giuliano A. Ventura, Pedro Valente, Romeu Martins (Sênior); Ângela Delpizzo, Camila Olivo, Leyla Spada
Editoração eletrônica: Ildo Golfetto, Jônatas Kosmann
Fotografia: Filipe Bezerra, Rogério Kiefer, Valdecir Becker
Infografia e tratamento de imagens: Ildo Golfetto, Jônatas Kosmann
Laboratório fotográfico: Débora Sanches, Leonardo Miranda, Wagner Maia
Serviços editoriais: Época, Gráfica, Greenpeace, Internet, Jornal da Tarde, Los Angeles Times, Notícias, La Nación
Textos: Ângela Delpizzo, Camille Reis, Diego Fontoura, Giovana Silva, Giuliano Ventura, Leyla Spada, Luiz Lima, Olavo Oliveira, Rhodrigo Deda, Romeu Martins, Rúbia Muttini, Valdecir Becker, Valéria Queiróz
Prepress: Artline
Impressão: Diário Catarinense
Redação: Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-COM), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis/SC
Telefones: (48) 331-9490 e 331-9215
Fax: (48) 331-9898
Home Page: www.jornalismo.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br
Circulação: gratuita e dirigida

FHC veta aspiração de jornalistas**Projeto daria maior autonomia à Fenaj na expedição de registros**

O projeto de lei que transfere para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a concessão do registro prévio de jornalista profissional, foi vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 20 de julho, após ser aprovado por unanimidade pelo Senado. O projeto Nº 307/95, de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB/MT), pretendia diminuir a participação do Ministério do Trabalho na hora de expedir as carteiras dos jornalistas recém-formados, que apenas homologaria os registros enviados pela Fenaj.

Sérgio Murillo de Andrade, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina (SJCSC), diz que o presidente apenas acatou o parecer de Francisco Dornelles, ministro do Trabalho, para não se indispor com sua equipe. "O ministro é que derrubou o projeto, atendendo a apelos eleitoreiros", diz Andrade. "Ele é um mentiroso,

pois havia garantido apoio ao projeto em uma audiência pessoal". Para acalmar os ânimos, Dornelles propôs uma alternativa ao projeto de lei, que seria semelhante a ele, mas com maior participação do Ministério do Trabalho. Os sindicatos recusam-se a aceitar apenas a palavra do ministro. "Quando ele apresentar a proposta por escrito, podemos discutir o assunto", diz Andrade.

Os sindicatos dos jornalistas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Londrina, representando os jornalistas do sul do país, enviaram ao presidente e ao ministro uma carta em protesto à decisão. Nela, os sindicatos expressam sua indignação e acusam o Ministério do Trabalho de ser contra os interesses dos jornalistas brasileiros. "Com esse gesto autoritário, FHC impede que os jornalistas se igualem a outras categorias com formação em nível superior que já

têm o direito de emitir o registro profissional", protestam.

Além desta medida, o ministro Dornelles extinguiu o processo de revisão dos registros profissionais no país, após um trabalho de quatro anos dos sindicatos de trabalhadores e de empresas de comunicação. Em Santa Catarina, o processo já havia terminado, mas em muitos estados o trabalho ficou inacabado. Cancelou também este ano a liberação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a Escola de Jornalismo, que vinha requalificando os jornalistas desde 1997. "Era um trabalho muito importante para a categoria", lamenta Sérgio Andrade, presidente do SJCSC.

Ângela Delpizzo

O explorador de mundos insólitos**Há cem anos nascia o eterno recriador da história argentina**

Em agosto comemora-se o centenário de nascimento de um dos mais importantes escritores do século XX, o poeta e contista argentino Jorge Luis Borges. Ele começou sua obra literária como poeta, mas foram os seus contos que o sagraram um dos mais célebres escritores da literatura hispano-americana. O próprio autor considerava-se apenas poeta e ensaísta mas só ganhou destaque em 1935 com o livro de contos *Historia Universal de la Infamia*.

Borges tem sido estudado como o descobridor de um território inexplorado, um mundo de indagações sobre temas como a repetição dos atos humanos, a circularidade do tempo, as infinitas possibilidades combinatórias e a atemporalidade dos mitos. Criou uma obra intelectualizada rebuscada de paralelismos geométricos, em que são constantes imagens como "espelhos" e "labirintos". Segundo ele, os contos que escrevia não eram nada mais do que a releitura dos mitos do passado: as histórias que relatava já tinham sido contadas mil vezes.

Nascido em Buenos Aires em 24 de agosto de 1899, aos treze anos mudou-se com a família para a Suíça onde completou os estudos no Collège de Genève.

Em 1919, foi para Madri e conheceu os poetas creacionistas que formavam a vanguarda literária na Espanha. Carregando forte influência desses poetas, em 1921 voltou para Buenos Aires e foi um dos fundadores do grupo ultraísta na Argentina.

Em seu país, publicou trabalhos junto com vários grupos literários ligados às revistas *Proa* e *Martín Fierro*. Foi o idealizador do grupo e da revista *Sur* junto com Victoria Ocampo e Adolfo Bioy Casares, com o qual escreveu em parceria ambos utilizando pseudônimos.

Foi nomeado pelo governo argentino diretor da Biblioteca Nacional e foi professor de literatura inglesa na Universidade de Buenos Aires. Ele era considerado o melhor tradutor argentino do inglês para o espanhol.

Temas instigantes- Embora citados com frequência isoladamente, o poeta e o prosador Borges não podem ser dissociados. Como poeta, em obras de juventude como *Fervor de Buenos Aires* (1923), *Luna de enfrente* (1925) e *Cuaderno San Martín*, Borges prefigurou sua ficção intelectual, sobretudo em poemas como "La fundación mitológica de Buenos Aires". Em seus poemas anteriores aos contos, ele já configurava o sistema de indagações metafísicas sobre o tempo cíclico, a identidade, o acaso, a memória e o infinito.

Na sua obra de prosador, como ensaísta e como contista, ou as duas coisas ao mesmo tempo, os temas de seus poemas tomam uma nova dimensão. Na prosa, Borges declarou ter encontrado em maior escala as possibilidades da arte combinatória, que segundo ele "lidam con el infinito". É o caso de obras como *Ficciones*, 1935-1944 (1944) e *El Aleph*



Borges, no destaque, e amparado por Ernesto Sábato, outro grande escritor argentino

(1949), sobretudo na primeira, em que foram reunidos os seus textos mais famosos como *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius*, *Las Ruinas circulares* e *El jardín de senderos que se bifurcan*.

Borges falava muito sobre os orilheiros em seus contos, as pessoas simples de Buenos Aires que moravam à beira do Rio da Prata. Outro assunto recorrente em sua prosa era o mito do herói nacional argentino, o *Gauche*, aquele homem valente e bruto que desbrava e domina natureza, mantendo as origens e a cultura do povo argentino. Ele dizia também que esse modelo de homem não existia na Argentina, como ditava o imaginário popular, mas sim no Brasil, no Rio Grande do Sul, com os gaúchos.

Reconhecimento- Além de prêmios e honrarias nacionais e internacionais, Borges recebeu o prêmio Interamericano de Literatura, conferido uma única vez pelo Governo do Estado de São Paulo, no valor de US\$ 25 mil, em 1970. Mas, o principal prêmio que ganhou em sua vida, foi o prêmio Cervantes de Literatura, que equivale para a língua espanhola, ao Pulitzer da língua inglesa.

Borges morreu em 1986, logo após voltar à cidade em que completou os estudos quando criança, Genebra, onde está enterrado e de onde conterrâneos querem trasladá-lo para a Argentina.

Luiz Lima

Jornalismo agora vai formar especialistas

MEC desvincula o curso da área de Comunicação Social para melhorar o ensino

Com a criação da Comissão de Especialistas no Ensino de Jornalismo (Ceejor), pelo MEC, no dia 20 de maio, o Jornalismo deixa de ser uma das seis habilitações da área de Comunicação Social para se transformar em um curso autônomo, uma área de conhecimento desvinculada da Comunicação. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Curso já mudou de nome e no currículo, a diferença entre tronco comum (da área de Comunicação) e tronco específico (da área do Jornalismo) não existe mais.

A partir de agora todos os processos referentes ao ensino de Jornalismo, inclusive as "habilitações em Jornalismo" serão apreciados pela Ceejor, e não mais pela comissão de Especialistas em Comunicação Social, como ocorria anteriormente. A novidade, já se aplica aos nove processos de autorização de implantação de novos cursos, encaminhados à Secretaria de Educação Superior (SESU), que foram apreciados na primeira semana de julho. Além disso, a Comissão de Especialistas em Jornalismo vai avaliar a qualidade dos cursos existentes e os que ainda pretendem abrir, além de estabelecer as diretrizes curriculares para o ensino da profissão. A comissão é composta pelos professores Hélio Schuch e Nilson Lage, da Universidade Federal de Santa Catarina; Tupã Gomes Corrêa, da Universidade de São Paulo e Victor Gentili, da Universidade Federal do Espírito Santo. Os quatro membros foram nomeados pela SESU, sendo que Nilson Lage e Tupã Gomes Corrêa integram a comissão do Provão e Hélio Schuch e Vitor Gentili fizeram parte da Comissão de Especialistas de Comunicação Social.

Raízes no Provão- A criação da comissão foi uma recomendação da Comissão de Especialistas do Exame Nacional de Cursos, mediante a impossibilidade de se avaliar o Curso de Comunicação Social, e pela opção do MEC em aplicar o Provão ao Curso de Jornalismo. Nilson Lage, professor da UFSC e integrante da Ceejor, recorda que ao se reunir a comissão designada para realizar o Provão de Jornalismo surgiu a dúvida: fazer uma prova evidenciando a realidade dos Cursos de Comunicação, com habilidades fictícias, ou as habilidades reais de um jovem jornalista? "Sabíamos que a resistência no meio acadêmico seria grande, mas por unanimidade resolvemos prestigiar o ensino do Jornalismo", comenta Lage.

Para ele o Provão é uma ótima forma de avaliar a qualidade dos cursos, porém precisa ser complementado com avaliações da capacidade física das escolas e da titulação dos professores. "Isto, só uma comissão de jornalistas pode fazer", diz. Lage explica que a prova resultante foi totalmente prática, voltada ao dia-a-dia do jornalista, com questões que variavam desde a redação de uma

notícia para os diversos meios até questões de ética. "Já estava previsto que o resultado iria ser desastroso. A média geral inferior a quatro não nos surpreendeu, pois tínhamos ciência da má qualidade dos Cursos de Jornalismo do país".

Ele atribui essa má qualidade ao surgimento de aproximadamente 200 escolas de Comunicação nos últimos anos, cuja maioria dos professores são comunicólogos por formação e "não entendem nada de Jornalismo, por isso não sabem ensinar". E emenda: "Daí a necessidade de reformular o ensino de Jornalismo no país e verificar se esses novos cursos realmente tem condições de formar jornalistas competentes e não pessoas com diploma de jornalista que nunca fizeram um script de telejornal".

O professor Hélio Schuch, chefe do Departamento de Comunicação da UFSC e membro da Ceejor, explica que essa é uma tendência que também deverá ser seguida pelas demais habilitações do Curso de Comunicação Social. "Não é possível manter a ideia de um curso que, durante os dois primeiros anos sature os alunos com uma teoria totalmente desvinculada da habilitação que ele escolheu ao fazer vestibular", justifica. "Comunicação Social é uma profissão que não existe, por isso está com os dias contados". Ele acrescenta ainda que o mercado de trabalho não procura comunicadores ou comunicólogos, exceto para dar aula nos Cursos de Comunicação Social, mas sim jornalistas, publicitários ou cineastas.

Schuch adverte que a criação da Ceejor não é apenas uma diferenciação de teoria e prática, como ficou conhecida nas discussões acadêmicas. "Ninguém aqui é contra a teoria, o que nós queremos é uma teoria voltada ao Jornalismo, com foco específico e dirigida às necessidades do mercado de trabalho". Ele exemplifica, acentuando que disciplinas como Teoria da Comunicação e Pesquisa em Comunicação deveriam ser substituídas por Teoria do Jornalismo e Pesquisa em Jornalismo, respectivamente. "Isso só para dar dois exemplos, para não mencionar o grande número de matérias específicas que agora não são oferecidas por falta de carga horária, que é ocupada pela comunicologia". Ele alerta que as matérias a serem oferecidas também dependem do interesse dos alunos e da necessidade do curso, sempre voltadas para o mercado de trabalho. "Teorias sem vínculo jornalístico não

nos interessam. Agora aquelas que visam formar um bom jornalista, que ensinam a escrever, a entender uma notícia, essas com certeza serão incluídas no currículo".

Resistência - Apesar de ser uma iniciativa do próprio MEC, a criação da Comissão de Especialistas no Ensino de Jornalismo encontrou várias resistências. João Brand, coordenador geral da Ene-

A Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), também tomou posição contrária à Ceejor. Numa Carta Aberta dirigida aos setores envolvidos na graduação em Comunicação, a entidade afirma que a Comissão de Especialistas de Comunicação Social está desenvolvendo um estudo sério sobre as diretrizes a serem seguidas em todas as áreas da Comunicação. Por isso, se mostra contrária à criação da Comissão de Especialistas no Ensino de Jornalismo, que foi apresentada pelo MEC como fato consumado, de modo inopinado e sem sequer ouvir a área específica diretamente interessada.

A Compós, finaliza o documento, explicando que o campo específico da Comunicação é básico para qualquer uma de suas habilitações e que a sociedade exige primeiramente uma formação mais ampla, de cunho humanístico. Arlindo Machado, professor e membro do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP apresentou na abertura do VIII Encontro Anual da Compós, uma intervenção na qual critica veementemente a separação do Jornalismo das demais áreas da Comunicação. Para ele, a questão é simplesmente uma oposição entre adeptos da "hiper-especialização, que considera, que um campo de conhecimentos pode ser definido pelas suas especificidades próprias e acredita que essa definição é suficiente para legitimar o campo e por isso querem separar o Jornalismo" e aqueles que pensam que a "Comunicação é uma área inter ou transdisciplinar por natureza, um campo de cruzamento de todos os conhecimentos necessários para enfrentar o desafio de objetos de investigação fundamentalmente múltiplos e cambiantes".

Para ele, a Comunicação é uma síntese de vários campos de conhecimento, indispensáveis à formação do jornalista ou de qualquer outra habilitação. Em sua visão, a separação do Jornalismo e as outras áreas já existe há tempo. Cita, como exemplo, o fato dos alunos formados em cursos de graduação em Radialismo (Rádio e Televisão) não poderem trabalhar nos departamentos de telejornalismo das redes de televisão, pois, institucionalmente, só profissionais formados em Jornalismo podem ocupar estas vagas. "Isso significa que, na prática, o divórcio entre Jornalismo e as demais especialidades de Comunicação já é uma realidade há muito tempo".

Mudanças - "No Curso de Jornalismo da UFSC pouco deve mudar", diz Hélio Schuch, chefe do Departamento de Comunicação. Ele explica que além do fim da diferenciação entre tronco comum e tronco específico, que atinge todos os alunos, os próximos calouros já entrarão para um Curso de Jornalismo, cujo currículo ainda está por ser definido.

Até agora, os alunos precisavam cursar 68 créditos de disciplinas optativas: 32 do tronco comum e 36 do tronco específico, além das disciplinas obrigatórias. Mudou também a carga das disciplinas que podem ser cursadas em outros cursos, ampliadas para 576 horas/aula. Com isto, os alunos não precisam mais se preocupar a qual tronco pertence determinada optativa, que, dependendo do interesse, pode ser feita em qualquer curso da Universidade.

Schuch acrescenta, ainda, que qualquer outra mudança vai passar pelo colegiado do curso, inclusive a mudança do nome do Departamento de Comunicação para Departamento de Jornalismo e Editoração, prevista até o final do ano. "Além disso, não deve haver muitas outras mudanças, já que nosso curso, tendo uma habilitação só, voltou seu currículo totalmente para o Jornalismo, tornando-se referência nacional. Agora, é só continuar um trabalho que já estamos desenvolvendo há anos, para continuar sendo o melhor Curso de Jornalismo do país".

Textos: Valdecir Becker



Arte: Zero

cos, questiona as bases da criação da comissão. "Não houve discussões sobre o assunto e ninguém foi consultado. Isso é uma arbitrariedade do MEC". Prolonga sua crítica, recordando que na área de Comunicação todas as decisões sempre foram discutidas amplamente, por isso, considera "lamentável, que professores de Jornalismo, que deveriam ser éticos acima de tudo, ajam de maneira tão antidemocrática".

Mudanças causam choro e ranger de dentes

A Comissão de Especialistas no Ensino de Jornalismo (Ceejor) já se reuniu três vezes, nas quais avaliou as condições de oferta de cursos de graduação em Jornalismo, estabeleceu padrões de qualidade para os referidos cursos e começou os debates em torno das Diretrizes Curriculares do Curso de Jornalismo. Os trabalhos continuam no final do mês visando o treinamento de 80 professores que farão a fiscalização e a avaliação dos cursos atuais.

O professor Nilson Lage explica que a partir de agora é possível acompanhar mais de perto a situação dos cursos de Jornalismo do país. "Com a criação da Ceejor, teremos condições de ver se o curso realmente tem condições de funcionar, se o quadro de professores tem titulação suficiente e se o número de laboratório disponíveis atende às necessidades mínimas", garante. Além disso, também serão avaliadas as instalações físicas, o material didático disponível, e a biblioteca. O resultado da avaliação será repassado para o MEC que decidirá o futuro do curso. A princípio a Ceejor vai fornecer orientações para melhorar a qualidade, evitando assim o risco do cancelamento do vestibular, que caracterizaria o fechamento do curso. Lage acrescenta que a fiscalização começará pelos cursos que tiveram pior resultado no Provão e será feita por professores de outros Estados.

Outra meta da Ceejor é elaborar um manual com as exigências mínimas para a abertura de novos cursos. Conforme Lage, isto vai facilitar o trabalho de quem quiser inaugurar escolas de jornalismo mas inibir esse "festival de abertura de novos cursos". Para ele em nenhuma outra área surgiram tantos novos cursos. "Nos últimos anos o número de cursos praticamente triplicou, vê se isto acontece com Odontologia ou Medicina. Até agora era muito barato abrir um curso de jornalismo, se contratava meia dúzia de comunicólogos para dar aula e se dizia que estavam formando jornalistas".

Processo - A criação da Ceejor gerou muita polêmica, com discussões que muitas vezes passaram a ataques pessoais. Na edição do dia 5 de julho do Observatório da Imprensa, o jornalista Vitor Gentili expõe o seu desagravo ao rumo que tomou o tema. "O debate sobre ensino de Jornalismo, novas diretrizes curriculares, o Exame Nacional de Cursos, as Comissões de Especialistas, que correm nos bastidores das escolas de Comunicação e de Jornalismo, alcança o paroxismo no irracionalismo e na incapacidade de contê-lo com pensamentos e posições distintas debaterem com serenidade e respeito". Ele acrescenta que o Observatório da Imprensa "repudia as acusações de Afonso de Albuquerque, que somente publicou o artigo devido a sua importância".

No referido artigo, Albuquerque acusa o professor Nilson Lage de fraudar o Provão, vazando informações ou fazendo as perguntas sobre matérias e tecnologias que, conforme ele, só a UFSC possui. "...a questão não foi feita para avaliar os cursos, mas sim para impor como universal o modelo do Jornalismo da UFSC. Está claro: os equipamentos que a UFSC tem são tão importantes que se tornam o padrão de avaliação do que todo curso deveria ter. E os equipamentos que a UFSC não tem? Estes não são relevantes... até que a UFSC os adquira...".

Nilson Lage informa que está movendo um processo contra Albuquerque por calúnia e danos morais. "A gente trabalha honestamente e com a ética acima de tudo durante a vida toda e agora ao final dela vem um menino irresponsável nos acusar de fraudar o Provão? Como um cara com doutorado aos 32 anos, que nunca pisou fora da academia, que não viveu, quer falar sobre um assunto tão específico?".

Além disso Lage questiona a iniciativa de Albuquerque, que como doutor na área da Sociologia, faz acusações tão graves, além de injuriar o Chefe de Departamento do curso, Hélio Schuch, o professor Scotto e o curso como um todo. "Ele precisa se informar melhor, o Scotto é mestre em Letras, tem um romance publicado, portanto sabe o que diz quando fala de Nelson Rodrigues, afinal, é da área dele".

Pasquim nasceu na mesa de bar para ser oposição à ditadura e à caretice

Há 30 anos surgiu o jornal que mudou o jeito de falar e ver o país



Jornalismo se mantém entre os melhores

Na nona avaliação feita pelo Guia do Estudante da Abril, o Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina foi considerado muito bom pela segunda vez consecutiva. A pesquisa considerou itens como número de laboratórios, equipamentos por aluno, instalações, quantidade de publicações especializadas da biblioteca, jornada de trabalho e titulação dos professores, além do número de pesquisas científicas que estão sendo desenvolvidas e que foram publicadas no Brasil e no exterior.

O ranking da Abril classificou como excelentes (cinco estrelas) os cursos da PUC-RS e da USP-SP. Junto com o Jornalismo da UFSC, ganharam quatro estrelas e foram considerados muito bons, os cursos da PUC-MG, PUC-RJ, PUC-SP, Puccamp-SP, UFBA-BA, UFF-RJ, UFPE-PE, UFSM-RS, Umesp-SP e UnB-DF. As faculdades classificadas como boas (três estrelas) foram a Faculdade Cásper Líbero-SP, UEL-PR, Uerj-RJ, UFMG-MG, UFRGS-RS, UFRJ-RJ, UFS-SE, Usininos-RS. A UFSC ficou em oitavo lugar na avaliação entre as universidades brasileiras pela proporção de cursos estrelados. Dos 38 cursos que passaram pela avaliação, 32 receberam estrelas, ou seja, 84% foram considerados de boa qualidade. Cinco cursos receberam conceito máximo, cinco estrelas; 13 foram avaliados como muito bons, quatro estrelas; e 14 como bons, três estrelas. Foram considerados excelentes os cursos de Enfermagem, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção e o curso de Engenharia de Controle e Automação.

Camille Reis

Estudantes de Jornalismo da UFSC se reúnem para falar mal do Provão, que acabaram de fazer, e para combinar uma cervejada, quando uma colega solta a pergunta:

- Gente, alguém sabe o que é aquele tal de Paquim?

O "Paquim" na verdade era O Pasquim, lembrado pela equipe responsável pelo Exame Nacional de Cursos no ano em que o tablôde completaria 30 anos de criação. Vale lembrar que os alunos do Curso de Jornalismo da UFSC talvez sejam os únicos de Santa Catarina a contar com uma coleção confiável do jornal para consulta. Se a situação de outras universidades é ainda pior, a conclusão é que uma parte da história recente do Jornalismo brasileiro está caindo no esquecimento.

O Pasquim representou mais que uma publicação alternativa, ou um meio de oposição à ditadura.

Ele foi, como lembrou Ruy Castro recentemente em um artigo para o Estado de S. Paulo, a viabilização do sonho de todo jornalista - ter o próprio jornal para poder escrever o que quiser. Esse foi o sonho dos diretores Tarso de Castro, Jaguar e Sérgio Cabral, além dos colaboradores Ziraldo, Millôr Fernandes, Paulo Francis, Flávio Rangel, Luis Carlos Maciel, Fortuna, Henfil e inúmeros outros que se juntaram ao time ao longo dos anos.

E era um sonho perigoso estreitar um jornal de postura crítica naquela época, apenas seis meses depois de decretado o AI-5. Os próprios criadores do jornal perceberam isso na pele quando quase toda a equipe foi parar na cadeia, em novembro de 1970. Apenas um ano e meio depois da estréia, nove dos 12 colaboradores fixos foram tirados de circulação, levados para uma Vila Militar. A única justificativa dada pelos militares era que uma charge de Jaguar tinha faltado com o respeito aos símbolos da Pátria. Ele publicou um desenho de D. Pedro I exclamando: "Eu quero é mocotó!"

Longevidade - "Foi o melhor período da minha vida. Li Ulisses, li Guerra e Paz, estes livros que a gente só pode ler quando está preso", disse Jaguar em uma entrevista a Moacir Pereira publicada no livro Imprensa em Debate. Solto dois meses depois, bem na virada do ano, Jaguar foi direto para uma festa, encheu a cara, e voltou carregado para casa. Com esse jeito de levar a vida a equipe do semanário conseguiu sobreviver às complicações iniciais e aumentar gradativamente a tiragem do jornal. Dos 14 mil exemplares do primeiro número, O Pasquim

alcançou a marca de 200 mil no número 27 e se estabilizou por aí durante anos. Foi não só a publicação alternativa com a maior tiragem como também a que durou mais tempo. Superou até mesmo o principal concorrente, a ditadura, que se manteve no poder por 21 anos: de junho de 1969 a janeiro de 1991, o jornal foi um fenômeno de longevidade.

Nesses 22 anos, O Pasquim provocou uma revolução não só no Jornalismo como no próprio jeito de escrever e de falar do brasileiro. Expressões ainda em uso hoje em dia, como "bleargh" (indicando asco ou vômito), "pô", "duca" e "sifu", foram usadas pela primeira vez no jornal. A maioria delas substituindo os palavrões que provocavam arrepios nos censores da época. O que começou como subterfúgio para escapar da censura prévia, que vigorou no jornal até março de 1975, foi aprovado pelos leitores e se incorporou ao vocabulário nacional.

Esse estilo de se escrever como se fala, o texto solto que tantos tentam fazer igual nos segundos cadernos e nas revistas de hoje, era a marca do jornal.

Mas em nenhum outro lugar isso foi levado tão a sério quanto nas longas entrevistas, sempre feitas em grupo e sempre regadas a muito álcool na forma de uísque e cerveja. A conversa era publicada do jeito que era feita, sem edição ou copidesque. Em muitos trechos era possível se ler o pedido de um dos entrevistados para o garçom trazer mais bebida ou para trocar o gelo.

Sem mitos - Mas eles sempre fizeram questão de esclarecer que essa pequena revolução contra o barroquismo dos jornalistas não foi algo premeditado. "Aquele linguagem descontraída das entrevistas não foi planejada. Não houve pretensão, nem a intenção de apresentar aquela entrevista com o Ibrahim (Sued, colunista social que foi capa e entrevistado do primeiro exemplar). Era preguiça mesmo", confessou Jaguar na entrevista ao jornalista Moacir Pereira. "As pessoas se decepcionam com isso, pensando que foi tudo planejado, um projeto, uma proposta de novo jornalismo. Era porra-louquiça mesmo. Muita preguiça". Seja por preguiça ou

não, o fato é que eles, nas palavras de Jaguar, ajudaram a tirar o paletó e a gravata da linguagem escrita. Além de terem introduzido, quando a ditadura e a censura abrandaram seus controles, o uso de palavrões.

Mas apesar de todo esse sucesso, apesar das tiragens recorde dos bons tempos, apesar de ter conseguido superar a violência dos primeiros anos (teve até bomba na redação que, felizmente, não explodiu), apesar da renovação que causou, um dia O Pasquim acabou de vez. Como observou o jornalista Conçalo Júnior da Gazeta Mercantil, parece que foi firmado um acordo tácito entre os fundadores do jornal para que não sejam divulgados os motivos que acabaram com o semanário de Ipanema. Para os que estão de fora só é possível especular.

O culpado mais óbvio é o regime militar e as sucessivas apreensões (foram tirados de circulação os números 277, 300, 377) que faziam os anunciantes fugirem. Mas as brigas internas também contribuíram para a decadência do jornal. Brigas como a que tirou Tarso de Castro da direção, no final de 1971, deixando uma dívida que levou pelo menos três anos até ser paga.

Ou, ainda pior, o racha que aconteceu durante as eleições para governador do Rio de Janeiro, em 1982. Ziraldo optou por apoiar o candidato do PMDB e Jaguar, o do PDT. Cada um apostou sua parte nas cotas do jornal naquela disputa. Como o Brizola ganhou, Jaguar herdou o semanário e o tocou praticamente sozinho com uma dívida de US\$ 200 mil. Para saber de mais detalhes, só convencendo Jaguar a falar, e ele já declarou: "O único sujeito que conhece a história toda de O Pasquim, desde o primeiro momento, sou eu. E eu não me lembro. Tenho amnésia alcóolica. Não me lembro nem de nomes, nem de datas. A história vai ser uma confusão total". Está sendo.

Romeu Martins



Pelo sentido horário: O Fradim, de Henfil, e o Sig, de Jaguar, personagens emblemáticos de um jornal que deixou saudade e sacudiu o jornalismo brasileiro



FHC vendeu o país e perdeu dinheiro

Livro com dados oficiais prova que privatizações deram prejuízo

Apesar de toda a propaganda feita pelo governo federal e de todos os editoriais favoráveis, o programa de privatizações no Brasil está longe de ser a maravilha anunciada. Muito pelo contrário, os leilões de empresas estatais representaram um prejuízo para o país de, no mínimo, R\$ 2,4 bilhões. Nas contas do governo federal entraram na caixa do país R\$ 85,2 bilhões prontos para serem investidos onde realmente importa: saúde, educação e segurança. Os números apresentados pelo jornalista econômico Aloysio Biondi são bem diferentes: desse total devem ser descontados R\$ 87,6 bilhões, sem considerar gastos com demissões, perda de imposto de renda e dos lucros das estatais privatizadas, entre outros. "O balanço geral mostra que o Brasil 'torrou' suas estatais, e não houve redução alguma da dívida interna, até o final do ano passado", resume Biondi em seu livro *O Brasil Privatizado - Um balanço do desmonte do Estado*.

O livro teria tudo para causar longas discussões, gerar manchetes, além de inspirar uma nova CPI em Brasília. Ao contrário, a repercussão ficou por conta de pequenas notas, resenhas e de alguns convites para o autor participar de programas de entrevistas. As informações levantadas ficaram longe dos programas e das publicações que atingem grande parte da população. Nenhum debate sério foi realmente apresentado. "Cheguei a ser convidado duas vezes para o programa *Opinião Nacional* (TV Cultura) mas não apareceu ninguém para contestar as informações do meu livro", afirmou Biondi em Florianópolis, durante o debate de lançamento da publicação no auditório da Justiça Federal. "Não existem falhas no livro, nenhum economista do governo consegue contestá-lo apresentando números".

Popular - O Brasil Privatizado é o resultado de uma pesquisa de cinco anos no noticiário diário dos principais jornais do país, além de relatórios e publicações do BNDES, de associações de funcionários da Petrobrás e de órgãos de avaliação econômica. No final, Biondi contava com um material de pesquisa que chegava às três mil páginas. Lançado em uma edição barata, R\$ 5,00, com um texto didático, apesar de muitas vezes panfletário, o livro de 50 páginas (na verdade uma grande reportagem) foi feito para atingir o maior número possível de leitores em todo o Brasil. O esforço é promovido pelas palestras que o jornalista tem feito nas principais cidades brasileiras. "Eu poderia ter feito o livro em uma edição de luxo, com 300 páginas, mas que poucas pessoas comprariam para colocar na estante", diz Biondi. Ao contrário de uma edição mais rebuscada, o autor aceitou o convite da Editora Fundação Perseu Abramo, ligada ao Partido dos Trabalhadores, que pretende lançar em breve outras publicações sobre a realidade nacional.

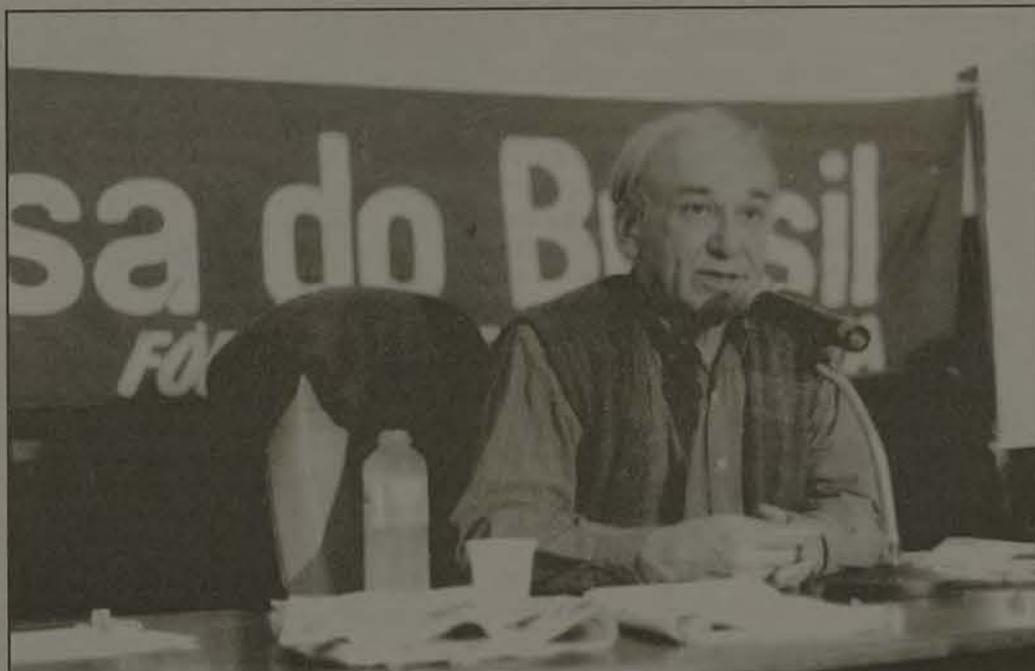
Um dos mais respeitados jornalistas da área de economia no Brasil, Aloysio Biondi tem 43 anos de experiência. Já ocupou os cargos de secretário de redação na *Folha de S. Paulo* e na *Gazeta Mercantil*, foi diretor de redação do *Jornal do Comércio* (RJ) e do *Diário do Comércio & Indústria* (SP). Ganhou dois prêmios Esso de Jornalismo Econômico por seu trabalho em revistas de circulação nacional: em 1967, na *Visão*, e em 1970, na *Veja*. Este ano, além de continuar a escrever colunas de economia e colaborar com reportagens e análises para jornais e revistas, iniciou uma nova atividade: professor de Jornalismo na Fundação Cásper Líbero. Leia a seguir os principais prejuízos causados pelo programa de privatização na economia brasileira.

Do prejuízo ao lucro fácil - O caminho para as privatizações começa

sempre pela propaganda negativa das estatais enfatizando os desperdícios que elas representam para os cofres públicos. Logo depois dos leilões, o governo costuma apresentar números vistosos dos lucros das empresas que antes "amargavam prejuízos". Biondi demonstra como é feita essa aparente reabilitação das empresas com a administração privada. Para início de conversa, existem os aumentos de tarifas antes da venda das estatais. No caso das teles, chegaram a 500% e na Light (companhia elétrica do Rio) as tarifas aumentaram 58% em cima da hora. Outra "colaboração" do governo foi a demissão de funcionários às vésperas dos leilões. O custo de indenizações e direitos trabalhistas foi assumido pelo Estado, não pelos compradores. O governo de São Paulo, por exemplo, pagou a conta de 10.026 funcionários da Fepasa (empresa ferroviária), além de ficar responsável pela aposentadoria de outros 50 mil.

Os balanços das estatais eram tão negativos porque elas sempre foram usadas nas tentativas de manter a inflação sob controle. As tarifas eram congeladas por anos custando o endividamento das empresas. Na hora de vender, mais uma vez as dívidas ficaram para o Estado. Na Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), o governo recebeu R\$ 300 milhões e assumiu dívida de R\$ 1,5 bilhão. Segundo Biondi, o governo, quando divulga o resultado, diz que além do preço da venda deve-se levar em conta as dívidas que as estatais representavam e foram transferidas para o comprador. "Nesse argumento há uma dupla mentira. Há dívidas que o governo 'engole' e sobre as quais ele e os meios de comunicação nunca falam e no caso das dívidas que permanecem sob responsabilidade dos 'compradores' é preciso lembrar que eles vão contar com o faturamento da própria empresa para pagá-las".

Aceitam-se moedas podres - Não é só no momento de comprar que os novos donos do patrimônio nacional contam com ajuda governamental. A política de privatizações adotada pelo governo FHC facilita, em muito, que mesmo sem desembolsar dinheiro vivo, os empresários adquiram as estatais. É comum serem aceitas nos leilões as chamadas "moedas podres" - títulos da dívida pública que em muitos casos mal alcançam a metade de seu valor nominal. No entanto, o governo recebe esses títulos numa relação de um para um. "Há mais surpresas, porém: por incrível que pareça, e o que é geralmente desconhecido pela opinião pública, mesmo 'moedas podres' usadas nos leilões, também foram vendidas à prestação, financiadas pelo BNDES", diz Aloysio Biondi. Os compradores tiveram até 12 anos para pagar as remessas de moedas podres com juros privilegiados. O BNDES também oferecia empréstimos para os novos donos. Para a Light recém-privatizada foram R\$ 730 milhões e para a CSN, R\$ 1,1 bilhão. Isso é algo inédito, o Estado financia a iniciativa privada a adquirir



Biondi: Há dívidas que o governo 'engole' e sobre as quais os meios de comunicação nunca

seus lucros. Para tanto, os sócios só vão desembolsar a cifra de R\$ 140 milhões.

A quebra do monopólio começou com o leilão de áreas petrolíferas não exploradas. Nesse caso entra outro golpe contra o patrimônio público que aconteceu somente depois do lançamento de *O Brasil Privatizado*, mas que Biondi faz questão de citar em suas palestras. O governo comemorou o ágio enorme sobre essas áreas, que superou todas as expectativas. Só que, primeiro, não se pode esquecer que o preço inicial fixado era irrisório - R\$ 100 mil. Não bastasse o preço tão baixo, a diferença entre o que foi pago e o valor mínimo pôde ser descontada do Imposto de Renda do comprador. Traduzindo, o ágio não foi repassado para o Tesouro, a renúncia fiscal cuidou para que os empresários não desembolsassem um centavo a mais que o valor mínimo. "Esse detalhe aparece sem o menor destaque nas matérias que falaram dos leilões. As manchetes falavam sobre o ágio que foi pago mas que nunca vamos receber", assegura Biondi.

No caso das teles há ainda um dado que torna o caso mais escandaloso: privatizaram uma empresa com dinheiro vivo em caixa. A Telesp, justamente no Estado que mais está sofrendo com o mal funcionamento das empresas privatizadas, foi vendida para o consórcio formado, entre outras, pela Telefônica e pela RBS, por uma entrada de R\$ 2,2 bilhões. No caixa da estatal estavam R\$ 1 bilhão em dinheiro vivo. Com esse dinheiro, no mínimo, poderia ser resolvido o caos que as companhias privadas implantaram no país.

O petróleo é deles - O petróleo está com o preço mais alto dos últimos anos e a Petrobrás, descobriu reservas importantes fora do território nacional. Na Bolívia, novas fontes de gás natural pesquisadas pela empresa brasileira equivalem as reservas do combustível ainda existente naquele país. O gasoduto Brasil-Bolívia representa uma nova era no setor. Foi exatamente em um momento como esse, quando a Petrobrás deve bater todos os recordes de faturamento, que o governo decidiu se desfazer do monopólio estatal do petróleo. E, como sempre, os lucros serão privatizados enquanto o financiamento continua público. A Petrobrás pretende investir R\$ 5 bilhões numa jazida submarina capaz de produzir 10 mil barris por dia na Bacia de Campos. O governo resolveu convidar grupos privados para participar do empreendimento e de

seus lucros. Para tanto, os sócios só vão desembolsar a cifra de R\$ 140 milhões.

A quebra do monopólio começou com o leilão de áreas petrolíferas não exploradas. Nesse caso entra outro golpe contra o patrimônio público que aconteceu somente depois do lançamento de *O Brasil Privatizado*, mas que Biondi faz questão de citar em suas palestras. O governo comemorou o ágio enorme sobre essas áreas, que superou todas as expectativas. Só que, primeiro, não se pode esquecer que o preço inicial fixado era irrisório - R\$ 100 mil. Não bastasse o preço tão baixo, a diferença entre o que foi pago e o valor mínimo pôde ser descontada do Imposto de Renda do comprador. Traduzindo, o ágio não foi repassado para o Tesouro, a renúncia fiscal cuidou para que os empresários não desembolsassem um centavo a mais que o valor mínimo. "Esse detalhe aparece sem o menor destaque nas matérias que falaram dos leilões. As manchetes falavam sobre o ágio que foi pago mas que nunca vamos receber", assegura Biondi.

Pra inglês ver - O que se pode concluir da leitura de todas essas cifras, de todos esses bilhões de prejuízos de um lado e do lucro fácil do outro, é que nem Margaret Thatcher foi tão neoliberal. Na Inglaterra, o país pioneiro na privatização de empresas ainda nos anos 80, a primeira-ministra fez o que faltou ser feito por aqui: garantiu que o processo não beneficiasse apenas alguns poucos privilegiados. As ações das estatais foram vendidas ao maior número possível de pessoas e o governo inglês criou prêmios para incentivar os cidadãos que comprassem os papéis. Ainda na Europa, na Itália, também houve a preocupação de 'democratizar', garantir a distribuição do patrimônio nacional, evitar a concentração de renda. No Brasil, o governo não teve esse tipo de preocupação, apesar da nossa distribuição de renda ser das mais vergonhosas do mundo. O Estado tem uma dívida de R\$ 50 bilhões a R\$ 60 bilhões, com os trabalhadores, representada pela falta de repasse verbas para o FGTS e o PIS/Pasep. É o caso de nos perguntarmos por que não foram usadas as ações das empresas para saldar a conta. Seria mais honesto e democrático.

Romeu Martins e Giuliano Ventura

"Governo não tem como me contestar"

Zero - Aqui em Santa Catarina, praticamente só a Telesc é que foi privatizada e as outras não. E a política do governador Esperidião Amin é de usar as estatais para fazer política mesmo. O que o senhor acha disso: Não privatizar, mas usar a empresa por este lado?

AB - Olha, eu acho o seguinte: Usar a democracia é o meu trabalho. Acho que você deve resolver as coisas com democracia, mas com uma vigilância da sociedade. Por exemplo, banco privado no Brasil não empresta para quem precisa. Você tem que ter banco público como instrumento de política econômica e social, não tem outro jeito. O governo está careca de saber que banco privado no Brasil não quer saber de emprestar. Ao contrário dos bancos dos Estados Unidos. O banco público é isso mesmo, ele tem que ser usado. Mas por que sempre dão problema? São os governadores que acabam usando para empréstimo, para salvar indústrias.

Zero - Em relação ao seu livro. Que repercussão que o senhor está esperando? Por que não virou escândalo, por que não virou CPI ainda?

AB - Eu acho que o governo pensa que o livro não dá a mesma repercussão que uma revista, que um jornal, que é um público restrito. Ainda mais num momento em que ele está vulnerável em termos de acusações, de corrupção e etc. Eu acho que a tática do governo é ignorá-la. Por exemplo: O *Opinião Nacional* da TV Cultura já marcou entrevista três vezes comigo, mas eles querem alguém para contestar. O livro não tem furo. Para cada mito que você tenha, a gente joga um dado em cima daquilo. Quem é que vai discutir? Da parte do governo eu acho que a tática é esperar a poeira baixar. Mas pode ser que isso não aconteça. O meu livro está caminhando para cem mil exemplares. Nesta semana é que a Siciliano comprou. E são 60 lojas no Brasil.

Jornal caloteiro demite a redação

Indústria e Comércio ignora greve e publica apenas releases

"O *Jornal Indústria e Comércio* de Florianópolis é uma ótima demonstração de incompetência administrativa e falta de respeito com os profissionais que nele trabalharam ou ainda trabalham". Esta é a opinião de Sérgio Murilo de Andrade, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, sobre a situação crítica do jornal, que já ocasionou a demissão do secretário de redação e o

pedido de rescisão indireta do contrato de trabalho dos demais integrantes da redação, após um mês de greve, motivada por três meses de atrasos salariais. Atualmente o jornal circula com material exclusivamente gerado por releases recebidos das assessorias de imprensa e artigos retirados da Internet.

Os problemas do *Diário Indústria e Comércio* (Dic), como é conhecido em Florianópolis, começaram há aproximadamente dois anos. O secretário de redação demitido do jornal,

Flávio de Sturdze, explica que apesar dos problemas, os salários eram pagos.

"Com um ou dois meses de atraso, mas recebíamos, o que deixou de acontecer no começo deste ano". Ele acrescenta que na virada do ano o jornal estava com os salários de novembro e dezembro de 98 atrasados. O salário de novembro foi pago em março e o de dezembro em abril. "Aí fizemos um acordo com a diretoria do jornal: o salário de abril seria pago até o dia 15 de maio e os atrasados de janeiro, fevereiro e março em até 120 dias. A diretoria aceitou a proposta, mas ao chegar o dia 15 de maio, não cumpriu a sua parte no acordo. Perdemos a paciência e paramos o jornal", explica Sturdze.

Cobrança judicial- Ao completar um mês de greve e com a diretoria do jornal se negando a negociar, o Sindicato dos Jornalistas encaminhou ao diretor do jornal em Florianópolis o comunicado de rescisão indireta (justa causa alegada pelo empregado) dos cinco profissionais da redação do jornal. A advogada do Sindicato Susan Zilli informa que os salários atrasados serão cobrados na justiça. Além dos salários, o jornal também deve aproximadamente R\$ 4 mil reais ao sindicato por não ter repassado a con-

tribuição sindical, que foi descontada dos jornalistas. Zilli informa que o FGTS também não foi depositado na conta do trabalhador. "Além disso, temos sérias dúvidas se o INSS, que foi descontado, realmente foi repassado para a previdência", complementa a advogada.

Zilli acrescenta ainda que a justiça de Florianópolis penhorou a única rotativa que o jornal ainda dispunha e indisponibilizou o nome fantasia da empresa - *Diário Indústria e Comércio*. Ela explica que esses eram os únicos bens que ainda estavam no nome do dono do jornal, Odone Fortes Martins. "Se ele não pagar o que deve, vamos pedir para a justiça leiloar a rotativa e o nome do jornal, que poderá ser comprado por qualquer pessoa para usá-lo na empresa que quiser".

Explicações- Logo na primeira semana de greve Sturdze recebeu o aviso prévio. Sua saída foi explicada pelo diretor do jornal Carlos Niehus como um corte de gastos. "Precisávamos cortar despesas, por isso o demitimos", justifica Niehus. "Além disso, a produção dos profissionais que trabalhavam aqui não satisfazia nossas expectativas, por isso nada fizemos para impedir a saída deles". Ele explica que hoje,

com o jornal circulando só com informações remetidas por assessorias de imprensa e matérias retiradas da Internet, a qualidade é a mesma, ou até superior. "Não queremos desmerecer os profissionais que trabalharam aqui, mas o desinteresse deles era evidente". Niehus acrescenta que apesar dos atrasos salariais, nenhum jornalista ficou "sem o pão de cada dia", pois todos tinham outras ocupações além do emprego no jornal.

Ele explica que o jornal atravessou uma forte crise financeira, movida pela atual situação do mercado. "Todas as empresas de comunicação estão atravessando os mesmos problemas, podemos ver o jornal *O Estado*, que tem cem anos de tradição. Imagina nós, que estamos em SC a apenas quatro anos e temos uma tiragem de 7 mil exemplares".

Niehus diz que o pior da crise já passou e "a prova disso são os investimentos que estão sendo feitos no novo projeto gráfico do jornal". Conforme ele, dentro de no máximo dois meses o jornal vai cir-

cular totalmente colorido, produzido por uma equipe de jornalistas totalmente reformulada, que vai ser contratada em julho. "Precisamos encarar a crise com outros olhos. Com certeza a qualidade do jornal vai aumentar muito e assim que estivermos com as contas totalmente equilibradas começaremos a pagar o que devemos aos jornalistas que saíram mês passado", conclui.

O presidente do Sindicato dos Jornalistas de SC explica que esse é um problema concentrado, causado exclusivamente pela má administração do jornal. "A maioria das empresas de comunicação estão passando por dificuldades financeiras, mas nem por isso deixam de pagar os empregados", diz Andrade. Ele lembra que quando não é possível pagar em dia, não "é crime atrasar os salários, desde que o empregador se disponibilize a negociar e cumprir os acordos feitos". O que não aconteceu no *Diário Indústria e Comércio*,

que chegou até a negociar, mas não pagou os salários como combinado e depois sequer continuou a ouvir os jornalistas que estavam há três

meses sem receber.

"O dono do jornal em Curitiba é inacessível", continua Andrade. Ele diz que o sindicato tem atas de reuniões onde "até se tentou entrar num acordo", mas devido a inflexibilidade da empresa, nada foi conseguido. "Só nos restou entrar na justiça, pois ninguém pode trabalhar sem receber, ou trabalhar além das horas normais e nunca ganhar horas extras. Com mediação da Delegacia Regional do Trabalho pretendemos conseguir o que é nosso", finaliza Andrade.

História semelhante- O jornal *Indústria e Comércio* foi fundado em Curitiba há 23 anos, com uma linha editorial voltada à economia. Foi lançado em Florianópolis em 1995, mesmo ano em que, segundo Emerson Castro, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, começaram os problemas financeiros da empresa. Castro diz que foi naquele ano que ocorreu a primeira

greve geral na empresa. A segunda e mais grave aconteceu em outubro do ano passado e durou 45 dias. "Essa greve parou totalmente o jornal, sendo que ao final dela 20 jornalistas pediram demissão", comenta. Hoje trabalham apenas quatro jornalistas na redação da sede do jornal.

Castro explica que as dificuldades da sucursal catarinense são um reflexo do que acontece no Paraná. "Aqui o jornal também deve dois meses de salários, horas extras, aproximadamente R\$ 40 mil ao sindicato pelo não repasse da contribuição sindical, que foi descontada dos jornalistas e, no momento, também não está depositando o FGTS dos trabalhadores", enumera. Além disso, continua, "até a greve geral de outubro do ano passado, o jornal contratava irregularmente estudantes de jornalismo. Só parou, porque não conseguiu mais voluntários que quisessem trabalhar de graça, já que nem os estagiários ele pagava".

O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná informa ainda que o dono do jornal, Odone Fortes Martins, tem todos os seus bens confiscados pela justiça, com exceção do apartamento onde mora com a família e já mudou a razão social do jornal quatro vezes. "Sempre que alguém entra na justiça pedindo a falência do jornal ele muda o nome fantasia e escapa dos credores". Castro acrescenta que a situação chegou a ficar tão crítica que o laboratorista do jornal teve que comprar material para revelação das fotos com dinheiro próprio, diante da falta de crédito da empresa. "Até a luz e o telefone chegaram a cortar por falta de pagamento", explica Castro.

O sindicalista informa que o principal medo dos credores de Odone Fortes Martins é que ele suma de uma hora para outra sem deixar pistas. Conforme Castro, Martins tem apartamentos em Buenos Aires, que não estão em seu nome e deu um carro importado Audi a seu filho no começo do ano. "Dinheiro ele tem, o difícil é provar que é dele. Ou ele é um péssimo administrador ou realmente é mal intencionado, para explorar dessa forma os profissionais que trabalham para ele", comenta Castro.

"Para os próximos meses, o mais provável é que o jornal realmente feche, pois não tem condições de continuar funcionando. Isso se o Odone Fortes não fizer nenhuma outra artimanha para escapar dos credores e dessa forma continuar com essa arapuca trabalhista que ele montou sob o nome *Diário Indústria e Comércio*", finaliza Emerson Castro.

Valdecir Becker



Capas da edição catarinense e da paranaense, que também está com problemas financeiros



Flávio e a redação buscaram a conciliação mas só viram acordo descumprido

Valdecir Becker - Zero

Governador banca o censor

Jornal de sindicato teve 3 mil exemplares apreendidos por denunciar morte de aposentado

A Polícia Civil chegou na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais (Sintespe) na manhã de sexta-feira, 18 de junho, com um mandado de busca e apreensão dos três mil exemplares restantes da circulação do jornal editado pelo sindicato. O motivo foi a publicação de uma reportagem sobre um aposentado que morreu enquanto esperava atendimento médico. Segundo o delegado André Manoel de Oliveira Filho, o título da matéria - *Primeira vítima de Amin morreu na fila do SUS* - "fere a honra do governador".

A reportagem que gerou a apreensão do jornal revela, no depoimento de Neli da Silva, viúva do aposentado José Alberto da Silva, 57 anos, as circunstâncias da lentidão no socorro. No dia 2 de junho, ela levou o marido à Emergência do Hospital de Caridade, com sintomas que indicavam que ele estava sofrendo um infarto do miocárdio pela terceira vez. Chegando lá, dona Neli apresentou a carteira do Instituto de Previdência do Estado (Ipsc), na esperança que fosse rapidamente atendida, como ocorreu em ocasiões anteriores. Mas a recepcionista informou que a carteira não valia mais, já que o atendimento pelo Ipsc tinha sido suspenso pelo governo, e era necessário preencher uma ficha cadastral do Sistema Único de Saúde (SUS). Ela conta que alertou os médicos sobre a situação do marido, mas teve que preencher a ficha, enquanto o aposentado, com fortes dores no peito e suando frio, esperava pelo atendimento que chegou tarde demais. José Alberto da Silva não resistiu e caiu morto no chão do hospital. Ironicamente, quando na ativa, tinha sido funcionário do Ipsc até se aposentar há um ano e meio.

O jornal do Sintespe tem uma tiragem de sete mil exemplares, que são distribuídos para sin-

dicatos de todo o Estado. Os três mil exemplares apreendidos estavam destinados aos servidores filiados ao sindicato mas que não estão no local de trabalho, como os aposentados. O jornal normalmente tem oito páginas e é mensal, mas a edição que foi apreendida era extraordinária e tinha quatro páginas.

Mandato imediato - O governador Esperidião Amin foi quem, pessoalmente, entrou com uma petição na 2ª Vara Civil, pedindo a apreensão do jornal baseado nos artigos 138, 139 e 140 do Código Civil Brasileiro que dispõem sobre injúria, difamação e calúnia.

Em menos de 24 horas, o mandado de busca e apreensão foi expedido pelo juiz Túlio José Moura Pinheiro. "Para eles, geralmente é rápido. Nós tivemos um mandado de segurança pedindo o reestabelecimento do serviço do Ipsc que levou uma semana para ser expedido, e o governo não cumpriu esse mandado", reclama Maurino Silva, presidente do Sintespe.

O assessor jurídico da CUT, Prudente Melo, teve que ser chamado com urgência ao local para analisar o mandado junto ao delegado. Ele alertou para uma condição colocada na ação, que dizia que se houvesse resistência à apreensão poderia haver prisão, e se o sin-



Sérgio Vignès/Quorum

Maurino Silva, "a apreensão do jornal está sendo divulgada para toda a base estadual dos servidores e também no plano nacional". Ele acredita que o trabalho de divulgação teve impacto sobre o governador. "Em uma reunião que tivemos com ele na semana seguinte, ele estava nervoso, queria que a gente se incriminasse e retirasse o que estava escrito, mas nós não vamos retirar nada", disse Silva.

Os advogados do Sintespe estão agora analisando a possibilidade de uma ação judicial para reaver os exemplares. Silva conta que desde os tempos da ditadura, não se recor-

da de algum jornal que tenha sido apreendido por calúnia. "O Amin é filhote da ditadura, pois está no sangue dele o caráter de confiscar tudo que fale contra o governo, mas o que a gente quer é falar em defesa do servidor", disse ele.

No último encontro entre o sindicato e o governo, Amin se retirou no meio da reunião, quando foi mencionada a apreensão do jornal. Ele indicou Ubiratan Resende, secretário da Administração para negociar. Além de uma solução para o problema do Ipsc, está sendo discutido o parcelamento dos salários atrasados e a situação do piso salarial dos servidores, que com as gratificações somam hoje R\$ 286,00.

O Sintespe já se manifestou contra o novo Plano de Atendimento Médico (PLAM) dos servidores, que o governo quer instituir no lugar do Ipsc. O sindicato também quer reduzir o prazo para parcelamento dos salários atrasados que o governo estipulou em 40 meses.

Primeira vítima de Amin morreu na fila do SUS



Neli da Silva, viúva do aposentado morto na fila do SUS.

Viúva do político José Alberto da Silva, ela não resistiu e caiu morto no chão do hospital. Ironicamente, quando na ativa, tinha sido funcionário do Ipsc até se aposentar há um ano e meio.

O delegado e a verdade que incomoda

O delegado e a verdade que incomoda

dicato estivesse fechado poderia ser arrombado. O fato revoltou os representantes de diversos sindicatos da Grande Florianópolis que foram ao local protestar juntamente com a deputada estadual Ideli Salvati (PT). "Isso relembra fatos da ditadura, pois quem cria o constrangimento são eles ao provocar a morte de um aposentado, mas quem vai para a cadeia é quem denuncia" protesta a deputada. Em seguida, o material foi encaminhado à 1ª DP da capital, onde continua apreendido.

Apreensão Divulgada - O Sintespe publicou no dia seguinte notas de repúdio nos jornais da capital e nas TVs Barriga Verde e SBT. Vários sindicatos também denunciaram a atitude do governo em seus jornais internos, e segundo



Silva: contra o filhote da ditadura

Justiça exige mas Ipsc não atende servidor

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Ipsc) foi criado em 1962, com a Lei 3.138, que garantia também a assistência médica aos servidores públicos estaduais. O Ipsc oferecia aos 465 mil associados e dependentes, assistência médica prestada por cerca de 4 mil instituições, entre profissionais liberais, clínicas e hospitais credenciadas junto ao instituto. Em todo o Estado, eram concedidas mensalmente 50 mil consultas, 70 mil exames e cerca de 3,5 mil internações hospitalares através do Ipsc.

Durante os 37 anos de existência, o Ipsc conviveu com o calote de alguns governos, que retiravam a contribuição dos servidores que variava de 8% a 12% do salário, mas não repassavam esse dinheiro totalmente ao Ipsc. A dívida se acumulou e chegou a R\$ 670 milhões em fevereiro de 98. Com a escassez de recursos, o Ipsc ficou sem condições de continuar prestando a assistência médica, e o governo baixou um decreto em 31 de maio de 99 suspendendo os serviços do instituto. Os servidores entraram com um mandado de segurança na justiça pedindo o restabelecimento do atendimento pelo Ipsc. Eles venceram a ação, utilizando como argumento a morte do aposentado na fila do SUS. Mesmo assim, o governo não cumpriu a determinação da justiça, e manteve o descumprimento dos serviços do Ipsc.

A dívida de R\$ 670 milhões agora está sendo federalizada, ou seja, o governo federal é quem vai assumir o débito, além de incluí-lo no pacote de rolagem das dívidas do Estado. A operação foi garantida através da medida provisória (MP) número 1.900, que determina que a operação de repasse do Tesouro da União para o Tesouro Estadual dos R\$ 670 milhões deve ser feita até o dia 31 de julho.

No lugar do Ipsc, o governo aprovou um novo Plano de Atendimento Médico (PLAM), que vai aumentar em 2,5% a contribuição do servidor, além de cobrir apenas a medicina curativa - em muito poucos casos, cobre a medicina preventiva. Além disso, o novo plano tem adesão facultativa, e fica na dependência dos recursos arrecadados, não garantindo o atendimento totalmente.

Com a federalização da dívida do Ipsc, outros Estados estão querendo o mesmo privilégio. Na reunião dos governadores em Aracaju, foi criada uma proposta para a federalização das dívidas previdenciárias dos Estados, que deverá ser discutida no Senado. Se for aprovada, o custo para o Tesouro Nacional poderá chegar a R\$ 20 bilhões, segundo estimativa do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Textos: Olavo Oliveira

Professores ganham isenção da CPMF no salário

A Associação de Professores da UFSC (Apufsc) ganhou uma ação que impede a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) dos professores associados. Porém, o setor jurídico do sindicato não encaminhou a liminar aos bancos, pois o Governo Federal está cassando as ações desse tipo em todo o país. A liminar da Apufsc ainda não foi cassada, mas o advogado da associação, Victor Gevaerd, espera que isso aconteça em breve, e por isso os professores não terão tempo de exigir a isenção do imposto que foi ganha na justiça. Na ação, a Apufsc argumenta a inconstitucionalidade da emenda constitucional Nº 21, que prorrogou a vigência das leis que autorizavam a cobrança de alíquota de 0,20% sobre qualquer movimentação financeira. Essas leis estiveram em vigor até os dias 23 de fevereiro de 1998 e 23 de janeiro de 1999, respectivamente, e foram prorrogadas até 18 de março de 1999, quando foi editada a emenda que entrou em vigor no dia 17 de junho. Entretanto, a prorrogação ocorreu quando aquelas leis já tinham o prazo de vigência esgotado, ou seja, não mais existiam para efeito legal. Além disso, foi estabelecido um aumento na alíquota para 0,38%. Para voltar a cobrança da CPMF, seria necessário a edição de uma nova lei, após a matéria ser discuti-

da e aprovada pelo Congresso Nacional.

Este argumento tem sido utilizado em diversas ações contra a cobrança da CPMF, que tiveram ganho de causa, mas em seguida foram cassadas. O caso mais polêmico foi o do Banespa. A decisão judicial a favor do banco desagradou tanto o Governo que toda a diretoria do banco foi demitida no dia seguinte. Até a cúpula do Banco Central ficou surpresa com a dura punição do Governo. Outra liminar, que isentava todos os gaúchos da cobrança do imposto, também foi cassada um dia depois de ser concedida.

Para o professor Gerônimo Machado, secretário da Apufsc, "a cobrança da CPMF é inconstitucional, ilegal e injusta para os trabalhadores que sempre pagaram seus impostos, enquanto banqueiros, latifundiários e empresários usam as brechas da lei como vias de sonegação dos impostos devidos à Nação Brasileira".

Sintufsc - O Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (Sintufsc), também aprovou em Assembléia a entrada de uma liminar pedindo a isenção da CPMF para os servidores associados. O sindicato aguarda apenas o arquivamento de uma outra ação que pedida a isenção do imposto nas contas da entidade e foi negada pelo juiz da 5ª Vara Civil de Florianópolis.

Apesar de ter conhecimento das segundas cassações praticadas pelo Governo, a presidente do Sintufsc, Helena Dalri, acredita que "as ações são uma maneira de pressionar o Governo Federal contra a cobrança do imposto, mostrando o descontentamento da população com a atual política econômica".

O Sintufsc está enviando também um documento ao Ministério Público pedindo que este entre com uma ação contra a cobrança da CPMF, representando todas as instituições. O advogado do Sintufsc, Antônio Carlos Silva, que também representa o Sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Comerciantes, disse que com a renovação de uma lei que já tinha perdido a eficácia, o Governo Federal está subvertendo o processo jurídico.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o Procurador Geral da Fazenda, Almir Bastos, afirmou que o governo tem argumentos para contestar todas as liminares concedidas pela Justiça contra a cobrança da CPMF. Segundo ele, todas as ações são suscetíveis de cassação. Quanto ao argumento da prorrogação indevida da lei, Bastos disse que no Direito existe a figura da repristinação, que é a revigoração de uma lei, e isso validaria a prorrogação da cobrança do imposto.

Luiz Lima

O Estado, diário mais antigo de SC, perde leitores, anunciantes, e agoniza como jornal regional sem prestígio

Na corda bamba

O Império está perto do fim. E não serão as tropas da Aliança rebelde que vão causar a derrocada final, pois não estamos falando do universo extraordinário de *Star Wars*, mas do jornal *O Estado*, de Florianópolis. O que já foi a maior e mais poderosa empresa de comunicação de Santa Catarina é hoje um diário moribundo e apático. Com uma distribuição e tiragem minúsculas, se comparadas com décadas atrás, o mais antigo aparenta viver seu colapso final. Afundada em dívidas, com salários em atraso em todos os setores (média de dois meses), perdendo seus profissionais em ritmo frenético, a empresa convive agora com o recente decreto de prisão para o seu diretor-presidente, José Matusalém Comelli, devido às dívidas com o INSS. Mas as hábeis tropas jurídicas, amparadas na condição de réu primário, garantiram que a pena do imperador seja cumprida em regime aberto.

Houve tempos em que *O Estado* chegava nas bancas de todas as cidades catarinenses. Pontualmente às 8 horas, o leitor de Chapecó (cerca de 800 km de Florianópolis) tinha disponível o seu exemplar na banca mais próxima. Uma hora depois, ocorria o mesmo em São Miguel d'Oeste. Pouco antes, os municípios do Planalto Serrano e da região Norte também já haviam recebido a sua cota de jornais. Era o período das grandes coberturas, das reportagens de alta qualidade e de campanhas publicitárias reconhecidas nacionalmente. Naqueles tempos áureos, *O Estado* era formador de opinião e tinha 10 sucursais espalhadas por pontos estratégicos do Estado - Brusque, Itajaí, Blumenau, Joinville, Lages, Chapecó, Criciúma, Rio do Sul, Tubarão e Joaçaba. Todas com, no mínimo, um repórter e equipamentos de última geração como e telex e telefax.

Hoje, a realidade é outra. A circulação do diário limita-se à área da Grande Florianópolis e às regiões de Itajaí, Criciúma e Tubarão - únicas sucursais que restaram. Nestas, o descaso com a qualidade e a estrutura mínima para os funcionários é latente. Prédios antigos e mal cuidados e inexistência de computadores, o que obriga os repórteres a usarem as superadas máquinas de escrever. Entre 1998 e 1999, o atraso no pagamento dos salários das sucursais chegou à cruel marca de seis meses. Cansada desta situação, a repórter de Itajaí desligou-se da empresa e, há mais de três meses, aquela sucursal não tem jornalista, numa flagrante falta de respeito com o público da região, que perdeu o seu espaço no jornal.

Certamente isto vai prejudicar ainda mais a venda de *O Estado* na região. Mas qual o problema, se até mesmo em alguns lugares da Capital é difícil encontrar o jornal? Conseqüentemente, um jornal que não circula tem menos leitores e sua importância se perde com o tempo. A equipe de repórteres e editores, que no passado chegou a ter uma média de 80 profissionais na redação - sem contar os das sucursais -, hoje se esforça para fazer o melhor que pode, sem condições mínimas de trabalho. Alegando as históricas contenções de despesas, a administração da empresa forçou a eliminação de vários cargos da redação. Editoriais como *Política*, *Economia*, *Polícia* e *Esporte* perderam seu poderio drasticamente. Cada uma delas tem apenas um editor e um repórter, o que explica o crescimento no uso do material produzido pela Agência Estado (a única nacional que o mais antigo utiliza), ao contrário dos seus concorrentes - *Diário Catarinense* e *A Notícia* - que possuem, no mínimo, três fontes nacionais.

Os profissionais da redação são pressionados a fazer um produto cada vez melhor para tornar o jornal novamente competitivo na batalha pelos anunciantes e leitores. Mas como conseguir isto com salários atrasados, sem computadores, telefones e veículos suficientes para a equipe? Como escrever uma matéria tranquilamente, se as cadeiras são de péssima qualidade, afetando o conforto e desempenho do pessoal? De que maneira é possível trabalhar em paz, com vontade, se na redação há um clima "anos 70", com "colegas" atuando como verdadeiros arapongas da chefia, procurando qualquer falha. Para muitos, estes são os "caçadores de recompensa" da mesma estirpe de *Boba Fett* que, na segunda trilogia de *Star Wars*, entregou *Han Solo* para *Jabba the Hutt*. No mais antigo, os caçadores atuam fiscalizando e anotando qualquer reclamação para entregar os rebeldes ao comando superior. Curiosamente, existem casos de "profissionais" que, mesmo sofrendo com o descaso, os mandos e desmandos do imperador, depois de muito tempo de lealdade, mantêm-se fiéis ao poder patulhando a conduta dos eventuais rebeldes.



Destruído por corruptos e pela inércia

Governo de SC mantinha o caixa em dia

Episódios do jornal dariam até um livro

Ironicamente, os pontos fracos que causaram a decadência do Império não foram apenas as forças inimigas, apesar de o grupo RBS, proprietário do *Diário Catarinense*, levar grande parte da fama. Ex-membros do mais antigo (apelido que os funcionários e leitores impuseram ao jornal) garantem que a guerra se perdeu dentro dos próprios domínios do Imperador Comelli. As fontes, que preferem, obviamente, não se revelar, apontam diretores corruptos que desviaram muito dinheiro dos cofres da empresa. Tanto na matriz quanto nas sucursais. "Em uma determinada cidade do Oeste catarinense, o chefe da sucursal retinha para si 80% das vendas de assinaturas", garante um velho "soldado" de *O Estado*.

Provas sobre isso não surgiram, mas existe um ditado tão velho quanto o mais antigo, que garante a existência da verdade naquilo que muito se comenta. Independente de o setor financeiro ter sido ou não aviltado por falsos colaboradores, o grande erro saiu mesmo da área administrativa. Assim que surgiram os primeiros rumores sobre a instalação de um concorrente na Capital, a reação dentro foi de pura arrogância. Os responsáveis pela empresa não acreditaram que a RBS tivesse condições de bancar um jornal mais ágil, que viesse a abalar o status quo da imprensa catarinense. O desprezo foi tanto que, ao invés de elaborar uma estratégia de prevenção, com investimentos de porte, a empresa limitou-se a adquirir dois automóveis novos.

Sem encontrar resistência, o *Diário Catarinense* logo se impôs, assumindo o controle da batalha. Nos bastidores do conflito sempre se falou sobre o *dumping* (venda de produtos a preços mais baixos que os custos, com a finalidade de eliminar concorrentes e conquistar fatias maiores de mercado), que a RBS teria feito, para seduzir os anunciantes que fortaleciam o Império. Realidade ou ficção, a verdade mostra que os que investiram em *O Estado* aliam-se ao *Diário Catarinense* de olho nos preços mais baixos dos anúncios. E, como a grande fonte de renda em um jornal sempre foi e será o anunciante, a conseqüência era previsível: em menos de cinco anos o controle do espaço jornalístico trocou de mãos.

A debandada violenta dos ex-parceiros deixou o Imperador em uma situação de emboscada eterna. Sem dinheiro para receber, sem dinheiro para investir, sem dinheiro para pagar. Então, as dívidas, inicialmente com fornecedores e depois com funcionários e o governo federal, cresceram e tornaram-se outra armada inimiga. Algo precisava ser feito para resguardar o Império de uma derrota final. Demitir funcionários e liquidar sucursais era a ordem e assim o poder de combate de *O Estado* foi se dissipando. Sem estrutura, sem salários decentes, o ânimo de jornalistas, fotógrafos, editores e arquivistas (isto sem falar naqueles que trabalham nos demais setores da empresa) se perdeu.

A atitude decisiva para o Império chegar no atual estágio de desespero veio de uma estratégia antiquíssima: aliar-se ao governo estadual. Por décadas e décadas *O Estado* manteve ligações muito fortes com os governantes tendo, inclusive, pertencido ao ex-governador Aderbal Ramos da Silva (de quem o atual diretor-presidente "herdou" a empresa). Nas décadas de 70 e 80 esta aliança foi providencial, pois com os anúncios e as matérias encomendadas pelo governo o Império se manteve com o caixa em ordem. No entanto, em 1998 o tiro saiu pela culatra.

Segundo um editor do jornal, já prevendo um abismo profundo, o Imperador aproximou-se de Paulo Prisco Paraíso, assessor do então governador Paulo Afonso Vieira. O nome de Paraíso era o mais óbvio, já que *O Estado* vinha apoiando o governo do PMDB (numa contradição descarada, já que o Império desde o início esteve ao lado de Esperidião Amin e Jorge Bornhausen). Nem mesmo o "escândalo das Letras" envolvendo Vieira e Paraíso atrapalhou a negociação. Para disfarçar o vínculo, o novo sócio teria criado um "testa-de-ferro", um investidor argentino que agiria em seu nome. Mas, apesar deste ter sido apresentado na redação como o novo sócio, os boatos nas ruas chegaram a dizer que o governador havia comprado o jornal. Nesta época, o Imperador divertiu-se com os comentários. Mas a alegria durou pouco tempo.

Vieram as eleições e Paulo Afonso Vieira sofreu uma derrota esmagadora diante do seu rival Esperidião Amin, ex-aliado do Império. Nas crônicas de bastidores comenta-se que o senador Jorge Bornhausen teria procurado o Imperador e sentenciado que, se o jornal mantivesse o apoio ao PMDB, o novo governador não voltaria a ajudar *O Estado*. O diretor-presidente obrigou-se a encerrar a sociedade de olho nos futuros anúncios e nas parcerias com o governo do PPB. Paulo Prisco Paraíso não teria se ofendido e compreendeu a situação. Mas exigiu de volta o seu investimento na sociedade, com juros e correção.

Assim, as poucas reservas financeiras da empresa foram entregues. Mas tudo bem, o novo parceiro não iria faltar durante uma das maiores batalhas do Império. Errado. Com a política de pagar as dívidas de Santa Catarina - deixadas pelo PMDB - Esperidião Amin sequer olhou para os órgãos de imprensa, mantendo os recursos voltados ao pagamento dos salários atrasados do funcionalismo público e demais credores. Agora, sem apoio de nenhum dos dois lados, resta uma única dívida sobre o jornal *O Estado*: quanto tempo falta para terminar esta saga?

Várias chances de vender o Império foram descartadas nos últimos anos. Para desespero dos funcionários, esta venda, que seria a solução imediata, está cada vez mais difícil de acontecer. "Quem é que vai comprar uma empresa cuja dívida ative beira os R\$ 15 milhões só com o INSS?", questiona outro soldado do Império. Com a credibilidade profundamente abalada, *O Estado* vive de aparências e memórias de uma era distante que, infelizmente (para quem depende da empresa), não volta mais.

No pequeno, mas fértil, mundo da comunicação catarinense comenta-se que a redenção pode sair diretamente de um adversário. Espectula-se que Moacir Thomazi, proprietário do jornal *A Notícia*, de Joinville, estaria negociando a aquisição de *O Estado*. Afinal, por melhor que seja em termos de qualidade, o periódico joinvilense não consegue atingir boas vendagens na Grande Florianópolis e parte do Litoral. A preocupação também seria não deixar que o *Mais Antigo* caia em poder da RBS, algo difícil de acontecer, levando-se em conta que os leitores fiéis jamais perdoariam uma eventual entrega de *O Estado* para a empresa gaúcha.

Outra fonte que só aceitou falar com garantias de não ser revelada confirmou este boato. Em um recente encontro entre diretores de *A Notícia* e importantes representantes do governo estadual, um alto funcionário teria afirmado de forma incisiva que Thomazi está mesmo na briga, contando, inclusive, com o apoio de Esperidião Amin. Boato ou fato, apenas o tempo vai nos dizer.

A mitologia de *O Estado* reúne contos impressionantes. Um antigo editor desligou-se da casa prometendo um livro com fatos curiosos, engraçados e perigosos sobre o tema. Até hoje este livro não foi publicado, mas o Zero resgatou alguns deles, que provavelmente se incluiriam nesta coletânea.

Dezembro de 1997. O pagamento do 13º salário não é efetuado, tanto na primeira, quanto na segunda data prevista em lei. Revoltados, os profissionais da redação (excluindo os "caçadores de recompensa", é claro) entram em greve. No desespero, o Imperador teria recorrido à ajuda de agiotas. Em represália ao ato, o "ponto" de todo mundo foi descontado.

Ganhando apenas o piso salarial dos jornalistas (R\$ 630,00), um repórter foi trabalhar um belo dia sem ter almoçado, já que o salário mal dá para pagar as despesas com moradia e transporte. Estressado, desmaiou em plena redação, literalmente, "de fome". A empresa não se dignou a pagar um mero sanduíche no restaurante que serve o jornal. Ele recebeu socorro dos colegas.

Contente com uma verba inesperada, o responsável pelo setor financeiro do Império convocou dois ex-funcionários para receberem as dívidas que a empresa tinha com eles. Ao chegarem no local, ambos ficaram surpresos com a ausência do diretor. Encontraram com ele no dia seguinte, e o diretor disse que não os esperou por estar "envergonhado". O herdeiro do Império teria passado na empresa e limpado o cofre para bancar uma pequena festa.

Reconhecidamente, *O Estado* sempre foi uma segunda escola para os jornalistas formados em Santa Catarina. Para desespero do sindicato da categoria, a empresa sempre contrata estudantes em fim de curso. Alega o sindicato, que isto é a prática ilegal de estágio, o que avilta o mercado de trabalho, tirando vagas de profissionais formados para cedê-las aos estudantes. Com isso, os salários mantêm-se sempre abaixo da média nacional. A empresa defende-se alegando que oferece a chance de os estudantes ganharem experiência - o que, de fato, ocorre. Em meio à recente crise, a empresa foi multada pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) por utilizar estudantes. Com essa desculpa, as demissões foram inevitáveis. Alexandre Wink, repórter de Economia, teve o contrato rescindido até se formar. Não trabalha, mas não recebe nada até lá. A editoria de Geral perdeu Lúcio Lambranco que também não tinha o diploma. Mas, na verdade, a saída dele resultou de uma solitária greve que ele se impôs, diante do não-pagamento do seu salário. Depois de três dias de "gancho" e mais três em que foi ignorado olímpicamente na redação, sem receber as pautas para cobrir, foi convidado a se retirar da empresa.

A editoria de Esportes foi desfalçada com a demissão por justa causa de Alessandro Bonassoli. Há dois anos na empresa, o repórter foi afastado "por não ter diploma", pela mesma empresa que o contratou sabendo que ele era estudante. Ironicamente, ele perdeu o emprego um mês antes da sua formatura. Os três continuam desempregados.

Daniel Zahroczenzki/Graffica

Cinema precisa se profissionalizar

Criação de pólo audiovisual depende da formação de profissionais

Criar um Pólo Audiovisual em Santa Catarina foi a idéia discutida no 1º Encontro de Pólos Audiovisuais - Brasil, um dos debates da programação do 3º Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM), realizado entre 30 de maio e 4 de junho. O plano de implantar um pólo ou um núcleo da imagem e do som no Estado existe desde 1995 e tem por objetivo apoiar as produções regionais, atrair as realizações de outros estados e países

se a edição de um guia estadual de locações, divulgando o potencial e a diversidade geográfica cultural do Estado. Do setor de informática têm-se muitas expectativas, como a criação de softwares nacionais com bancos de dados aplicados à produção e a substituição das fitas convencionais de vídeo por Digital Vídeo Data (DVD).

Incentivo - Também é necessário a formação de parcerias com o Estado e com empresas privadas, que invistam nos projetos e na infra-estrutura cinematográfica. Para incentivar as empresas a investirem na cultura, um projeto preparado pelo governo do Estado para ser uma espécie de ICMS Cultural, que prevê descontos às empresas que firmem parcerias com o setor, foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Estadual de Cultura, falta apenas ser transformado em Lei. Os cineastas não querem voltar às asas protetoras governamentais da Embrafilme, querem seguir por um caminho de mercado livre apenas com o apoio legislador do Estado. Os profissionais não querem se restringir aos limites propostos por patrocínios governamentais. "Enquanto o governo e os empresários não vislumbrarem que a cultura também pode ser uma atividade lucrativa, os produtores catarinenses terão que continuar a exibir seus filmes apenas em mostras e festivais", afirma Antônio Celso dos Santos, diretor da Associação Cultural Panvision.

Com o pólo, os produtores e demais profissionais ligados à área audiovisual esperam ainda motivar o público a ir mais vezes às salas de cinema lançando o Ticket Cinema, que funcionaria como uma espécie de "Vale Refeição", oferecido pelos empresários a seus funcionários com possibilidade de isenção fiscal, através do Plano de Apoio ao Trabalhador (PAT). "No Uruguai o público começou a frequentar mais o cinema

com a criação do programa sócio espetacular. Através dessa iniciativa os espectadores podem comprar os ingressos antecipadamente por preços menores", diz Martin Papich, presidente da Film Comission de Montevideo. Outra proposta de popularização é instalar salas de projeções junto aos terminais urbanos, facilitando o acesso dos usuários de transporte coletivo.

Capacitação - Como exemplo da formação audiovisual foi apresentada, no seminário, a experiência da Oficina de Cinema - Escola de Cine e TV de Campinas-SP, que em uma primeira etapa se preocupou em formar e capacitar profissionais para o mercado do audiovisual na micro-região de Campinas, levando em consideração a situação geográfica e econômica no Estado de São Paulo. Com o trabalho da Escola, que existe há três anos, a região ganhou destaque no âmbito do audiovisual, gerou novos empregos, atraiu empresas ligadas às atividades da área, como a Motion, Quanta e Fuji. As produtoras e os profissionais locais inseriram-se em outros mercados, como em São Paulo e no Rio de Janeiro e o setor audiovisual teve um considerável crescimento no número das produções e na qualidade dos serviços e produtos finais. As produtoras independentes começaram a realizar suas peças publicitárias em filme, estimulando assim, a produção de filmes de curtas e de longas metragens. A partir deste quadro favorável, já se discute a criação de uma Film Commission na região, com a Prefeitura Municipal de Campinas e a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

Apresentou-se também, a Oficina Locações Montevideanas (Film Commission - Uruguai), criada pela Prefeitura Municipal de Montevideo a partir do desenvolvimento do audiovisual no Uruguai, da necessidade de sistematizar uma rede de serviços ligada à produção de som e imagem e da divulgação da cidade de Montevideo como a Capital Cultural Ibero-Americana em 1996. O objetivo da oficina é coordenar, assessorar e facilitar os trâmites envolvidos nos processos audiovisuais. Dados estatísticos mostram que em três anos consecutivos coordenando os serviços - relacionados de forma direta ou indireta à indústria do audiovisual - foram prestados mais de oitocentos e cinquenta apoios pontuais, para filmes de longas metragens nacionais e internacionais, televisão e publicidade; sendo que neste último setor um total de vinte cinco por cento das produções são do exterior.

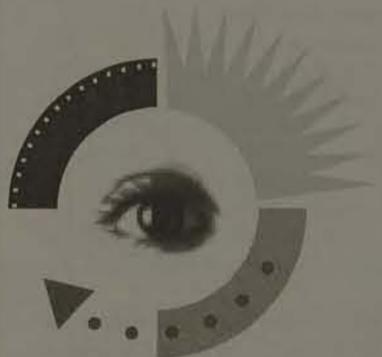


Filipe Bezerra -

Acossados, os produtores de cinema só vêem solução na parceria com a iniciativa privada e com o Estado

para as locações catarinenses, utilizando a mão-de-obra local e a projeção de filmes e vídeos na programação de TVs abertas e por assinatura. A idéia ganhou força a partir do Protocolo de Cooperação para o Cinema, assinado em 1996 entre a Cinemateca Catarinense, o governo do Estado, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Fundo Municipal do Cinema (Funcine).

Para implantar um núcleo audiovisual catarinense precisa-se criar uma escola de cinema que forme profissionais para o mercado, um centro de estudos jurídicos para o audiovisual e uma Film Comission, para dar suporte logístico às produções locais e uma maior relação com as indústrias do turismo e da informática. Das possibilidades oferecidas pelo setor turístico, propõe-



Estados do Sul procuram união regional

No painel do 1º Encontro Audiovisual Sul, realizado no dia 2 de junho, tratou-se da necessidade de união entre Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul para o desenvolvimento do audiovisual. A proposta é de promover um intercâmbio regional, com troca de informações formais e sistemáticas (ex: boletins, internet, etc); exibições das produções locais através de mostras anuais (em todas as bitolas e suportes) acompanhadas de debates que procurem desenvolver a formação de público; e a formação técnica de qualidade dos profissionais do sul, com definição dos parâmetros básicos de ensino e da circulação de oficinas em toda a região. Foi destacado o papel da Fundação Nacional das Artes (Funarte) como uma instituição indispensável para a formação e o aperfeiçoamento técnico da mão de obra, e para o desenvolvimento da produção fora do eixo Rio/São Paulo.

Ao que tudo indica, o audiovisual brasileiro passa por uma situação favorável. Só resta o apelo à Secretaria Nacional para o Desenvolvimento do Audiovisual (SNDA) para que não permita que a crise econômica sirva de alibi para a falência das produções regionais.

Considerando ainda a importância e a abrangência de tópicos como a relação da produção cul-

tural com atividades de caráter comercial e a questão dos direitos autorais, foi proposta a realização do IV Encontro Audiovisual Sul durante o próximo Festival de Gramado. Para o próximo encontro, aguarda-se a presença de diversos representantes interessados na melhoria das produções cinematográficas e videográficas.

Pólos de sucesso - No Ceará, a Secretaria da Cultura desenvolve uma política de ação baseada em três eixos: capacitação, produção e difusão do audiovisual. A área do setor serviço corresponde a 57% do Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará. Tendo em vista a tendência natural da economia do Estado e a tendência do mercado internacional de emprego, o governo do Ceará concebeu uma ousada política de formação de profissionais para a indústria cultural.

O Instituto Dragão do Mar de Arte e Indústria Audiovisual, criado em 1996, já formou cerca de 5 mil profissionais nas diversas áreas da atividade cultural: artes plásticas, cinema e vídeo, design, artesanato e artes cênicas. O Centro de Estudos de Dramaturgia forma roteiristas de cinema, televisão, vídeo, publicidade e rádio. Além disso, o governo cearense mantém uma série de eventos e projetos na área audiovisual. Antes da Lei Jereissati, de incentivo à cultura, o Estado realizava um

longa-metragem a cada cinco anos. Hoje são produzidos aproximadamente dez longas por ano.

O Pólo de Cinema e Vídeo Grande Otelo, em Brasília, é o responsável pela produção de uma série de filmes que vêm conquistando importantes prêmios em festivais brasileiros e internacionais. Para isso, foi criada a Comissão de Filmagem, uma agência do governo do Distrito Federal formada pelas secretarias de Indústria e Comércio, Fazenda, Cultura e Esporte e Turismo. A comissão divulga a cidade como local atraente para a realização de produções audiovisuais, tanto pelas condições naturais da cidade e redondezas, como pelos mecanismos de facilidades para a produção.

A comissão agiliza apoios institucionais e a colaboração de órgãos responsáveis por segurança, saúde, transporte, eletricidade, telecomunicações e licenças de filmagens. Também dá consultoria sobre locações, legislação, materiais, técnicos e profissionais disponíveis na região, além do cadastro de hotéis, restaurantes e locadoras com descontos especiais.

Já o pólo do Rio de Janeiro foi implantado em 1996, a partir de 2 mil horas de trabalho de mais de 120 pessoas ligados ao governo do Estado e ao Município.

Textos: Giovana Silva

Latinos querem mercado internacional

Entre os vários painéis do 3^o Florianópolis Audiovisual do Mercosul, realizados no auditório da Fiesc, entre os dias 31 de maio e 4 de junho, um deles se propôs a discutir as maneiras de se lançar uma produção cinematográfica latino-americana no mercado internacional. Tarefa que exige tempo, sorte, e principalmente, capital para promoção.

O escolhido para revelar as artimanhas da distribuição internacional foi Hugo Gamarra, diretor do Festival Nacional de Assunção e também produtor do longa-metragem O Toque do Oboé - dirigido por Claudio Mac Dowell, uma co-produção entre Brasil e Paraguai. Tomando a sua experiência como exemplo, Gamarra enumerou algumas maneiras para se conseguir lançar uma produção cinematográfica no exterior.

Segundo ele, um dos passos fundamentais é a exibição do filme em festivais internacionais de cinema, que representam uma oportunidade do produtor mostrar a sua obra para possíveis distribuidores e exibidores. Além disso, os festivais servem para avaliar a reação do público e da crítica à produção. Muitas vezes, um bom desempenho em um evento como este, pode proporcionar uma recepção melhor do filme em seu país de origem. E quando a produção consegue ser selecionada ou até mesmo premiada, a distribuição fica praticamente garantida.

Empurrãozinho - Um exemplo é o filme Central do Brasil, um dos maiores fenômenos nacionais do cinema contemporâneo brasileiro. Depois de sua premiação no Festival de Berlim, em 97, o filme provocou uma corrida das grandes distribuidoras pela posse de direitos de distribuição internacional. Na verdade, a trajetória do filme começou no Sundance Festival (EUA), quando Central do Brasil existia apenas no papel. O roteiro foi um dos escolhidos pelo júri e recebeu uma contribuição financeira que assegurou o início das filmagens.

Mas na maioria das vezes, conseguir uma distribuidora para exibir um filme independente em salas de cinema no exterior não é tarefa fácil. Neste caso, Gamarra aponta algumas saídas alternativas, aparentemente menos complicadas, que tem sido utilizadas pelos produtores latino-americanos. Uma delas, é o lançamento do filme diretamente em home-vídeo, o que elimina a intermediação do distribuidor. Outra maneira é a venda para emissoras de televisão aberta. Mas estas, já preferem adquirir filmes das distribuidoras. Resta ainda o mercado das tevês por assinatura, que até pouco tempo representou uma alternativa para as produções cinematográficas independentes. Mas nos últimos anos, acabou se "massificando" e cedendo ao domínio dos grandes distribuidores.

Antônio Urano, diretor do Grupo Novo de Ci-

nema e Vídeo, lembrou uma estratégia bastante utilizada pelas produções brasileiras para conseguir o interesse de distribuidores internacionais. A idéia é ilustrar os filmes com atores estrangeiros conhecidos internacionalmente. Um exemplo é o filme O que é isso Companheiro? de Bruno Barreto, que tinha o ator Alan Arkin no elenco. E também Bela Dona, de Fábio Barreto, que teve a participação da atriz canadense Natasha Henstridge.

A iniciativa, além de servir como um chamariz para que as distribuidoras se interessassem em lançar o filme no mercado externo, funcionaria como um atrativo para o público estrangeiro. Na maioria das vezes, porém, a idéia parece não ter sido bem sucedida. Em alguns casos, como do próprio Bela Dona, o filme não atraiu nem mesmo os espectadores brasileiros.

Para Antônio Urano, nada mais está sendo feito para incentivar a distribuição internacional das produções brasileiras. Aliás, na sua opinião, o mercado externo parece nunca ter sido levado a sério no Brasil. Até mesmo na época da Embrfilme, distribuidora e financiadora de filmes nacionais, que chegou a ser reconhecida como a maior da América Latina, e que foi extinta pelo governo de Fernando Collor, em 1990.

Passado de sucesso - Nos tempos da Embrfilme, mesmo sem incentivo, algumas produções nacionais tiveram performances extraordinárias em países de língua portuguesa e na América Latina, revelando um imenso potencial não-explorado. Um exemplo foi o desempenho do filme Chica da Silva, de Cacá Diegues, que permaneceu seis meses em cartaz na Argentina, atraindo um público superior a 1 milhão de pessoas. Na mesma época, em Portugal, o filme de Arnaldo Jabor, Eu sei que vou te amar foi visto por mais de 150 mil espectadores, número que no Brasil, proporcionalmente, equivaleria a cerca de 2 milhões de pessoas.

O Grupo Novo de Cinema e Vídeo, segundo Ura-

no, é justamente uma tentativa de conseguir um fluxo constante de distribuição de filmes brasileiros em determinados segmentos do mercado internacional. O Brasil não tem uma política explícita de apoio ao cinema nacional, muito menos para sua divulgação no exterior. "Ninguém está fazendo nada oficialmente para divulgar o cinema brasileiro".

Antônio Urano acha difícil o Brasil se estabelecer no mercado internacional, enquanto não se re-

Filme precisa ter sorte e dinheiro para conquistar os estrangeiros



Na pauta do encontro, a melhor maneira de se lançar uma produção cinematográfica na América Latina



Urano: mercado



Gamarra: festivais são importantes

solverem os problemas internos. Para ele, é necessário que se faça uma reestruturação da política de apoio às produções nacionais, especialmente da tão polêmica Lei do Audiovisual.

Conforme esta lei, os investimentos realizados na produção de obras cinematográficas brasileiras independentes e com o aval do Ministério da Cultura, poderão ser deduzidos do imposto de renda, através da aquisição de quotas de comercialização. Esta dedução, no entanto, está limitada a 3% do imposto devido, e no valor máximo de R\$ 3 milhões. A lei tem validade até 2003.

"O Governo substituiu os organismos institucionais por essa lei, que daqui a algum tempo não terá mais valor. E depois, como é fica?", perguntou Antônio Urano, repetindo a indagação feita por grande parte dos participantes do 3^o Florianópolis Audiovisual do Mercosul.

Diego Fontoura

Comissão resolve problemas de produção

A proposta de implantação de Comissões do Audiovisual (Film Commissions) no âmbito dos países do Mercosul, depende dos diversos segmentos do setor, do Estado e de setores econômicos como o turismo e a informática. Este foi o foco das discussões realizadas no 1^o Encontro de Film Commissions do Mercosul, um dos debates do III FAM, realizado em Florianópolis. Uma Comissão do Audiovisual é um núcleo de difusão de informações que faz o assessoramento das produções cinematográficas de caráter cultural e comercial, com o objetivo de facilitar todas as atividades dos produtores, através da distribuição de catálogos de locações, de empresas do ramo, de profissionais, de serviços públicos, de hotéis e de serviços em geral. Também agiliza questões práticas e de licenciamento ligadas a órgãos públicos, como a interdição de ruas para uma filmagem ou a retirada de postes elétricos, no caso dos filmes de época.

O trabalho de uma Film Commission não só

reforça a Indústria do Audiovisual, como colabora para a afirmação, valorização e difusão da cultura e da paisagem, "é uma instância de apoio multidisciplinar ao audiovisual" afirma Martin Papich, presidente da Film Commission de Montevideu, Uruguai. As Comissões devem ser organizadas entre municípios ou micro-regiões e devem ser orientadas por uma política de desenvolvimento da Indústria Audiovisual. No debate foi proposta a criação de protocolos que articulem e normatizem as atividades das Comissões, por país de origem e a nível de Mercosul.

O papel das Universidades é visto como fundamental no desenvolvimento do setor da imagem e do som, "elas é que formam os profissionais, portanto, têm um vínculo direto, e são protagonistas desta história" adverte Papich. "É preciso que os cursos de graduação, ligados à área da comunicação, estimulem a produção de vídeos, oferecendo aos alunos um contato maior com os mecanismos utilizados por um produtor executivo na hora de construir qualquer filmagem. Não dá para ficar só na teoria". No Uruguai, os jovens representam 60% do total da participação no setor audiovisual.

Legislação - O Estado tem seu lugar reconhecido na questão das Film Commissions, mas sabe-se que não é indispensável, pois muitas iniciativas são perfeitamente realizáveis sem a atuação do governo. "Tanto o setor privado quanto o setor público têm a

sua finalidade específica para o audiovisual. O Estado tem a função política de estatal; o setor privado, como força motora de uma sociedade, também precisa se comprometer com todo este tema" garante Papich. Cabe ao Estado, estimular a indústria audiovisual através de desentranços alfandegários; acordos de co-produção e intercâmbio; compatibilização da legislação trabalhista; subsídios e incentivos fiscais que confirmam maior autonomia às atividades das Film Commissions, a fim de atrair as produções de outros estados e países para locações regionais, captando divisas e empregando mão de obra local.

Como um exemplo a ser seguido de atuação do Estado, cita-se a Oficina Locaciones Montevideanas (Film Commission - Uruguai), criada pela Prefeitura Municipal de Montevideu para sistematizar uma rede de serviços ligada à produção de som e imagem e divulgar a cidade como a Capital Cultural Ibero-Americana em 1996. Dados estatísticos mostram que a Oficina já atendeu mais de 850 produções de longas metragens nacionais e internacionais, de televisão e publicidade; sendo que neste último setor um total de 25% das produções são do exterior.

A pauta do 1^o Encontro de Film Commissions do Mercosul resultou na elaboração de documento final que será encaminhado aos governos e aos setores de produção audiovisual dos países envolvidos.

Giovana Silva

Audiovisuais querem mais mercado

Falta de apoio do governo e de empresários paralisa produções

Os painéis sobre Produção Cinematográfica Nacional e de Produções de TV nacionais do 3^o Florianópolis Audiovisual Mercosul propuseram tratar o cinema e outros programas audiovisuais como produtos voltados ao mercado. Os debates apontaram a necessidade de incentivar o consumo e melhorar a Lei do Audiovisual, para ampliação e consolidação da área no Brasil. No primeiro painel participaram Vera Zaverucha, assessora de relações institucionais da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, e Luis Gleiser, diretor da Globofilmes. No segundo, Ivan Ísola, coordenador do Programa de Integração Cinema e TV da Cultura; Helena Perli, da Produtora-Brasil; o consultor jurídico Petrus Barreto; e a gerente de co-produção do canal GNT, Elisabeth Ritto.

Vera acredita que é necessário uma política pública, hoje inexistente, de apoio à atividade cinematográfica, mas observa que o governo quer se descompromissar com o setor. A Lei do Audiovisual, criada para a captação de recursos, na prática restringiu seus incentivos somente ao cinema. O problema, para ela, é que todo tipo de produção passou a depender de uma mesma fonte. "A lei é apenas um mecanismo que pode ser melhorado na medida em que se organizem guichês de captação de recursos para produção não-convencional, como curtas-metragem e séries de TV".

Como isso não acontece, as verbas acabam pulverizadas e ninguém completa a captação. "Dos R\$ 300 milhões oriundos das leis de incentivos, o que virou filme foi muito pouco", complementa. Investimentos publicitários e comerciais, segundo Vera, são essenciais para o sucesso dos filmes. Ela dá como exemplos *Central do Brasil* e *Orfeu*, que realizaram uma intensa campanha de marketing. A assessora ressaltou também a importância da atividade no Mercosul. Para ela, o governo precisa entender que o audiovisual promove a nação e, por consequência, é parceiro indispensável da economia na conquista de mercado. "Cultura e cinema refletem aquilo que não é global, ou seja, as características diferenciadas de cada povo."

Luis Gleiser, diretor da Globofilmes, acha difícil a situação do cinema brasileiro. Num mercado dominado por produtos de Hollywood, são imprescindíveis alianças com países do Mercosul, Venezuela, Colômbia e Europa. "Hoje se nós pegarmos a produção audiovisual brasileira, o filme sozinho não tem a menor condição de sobreviver, ele ainda não é um negócio rentável." Para ele, hoje o capital está globalizado e o desafio é gerar e fomentar parcerias. "Tudo isso de olho na próxima onda, a Internet como território neutro, isento de taxações e protecionismos nacionais."

Para Luis Gleiser, trabalhar na exibição é fundamental, porque a produção nacional por si só não se paga. "A gente precisa de incentivo para produzir e fomento para distribuir e exibir." Gleiser diz que o sistema analógico está com os dias contados e que os grandes produtores têm capital e poder para utilizar o sistema digital. Ele lembra que todas as redes americanas estão transmitindo com suporte digital. A CBS fechou um contrato com a Mitsubishi para transmitir o horário nobre e a NBC assinou com a Panasonic e está fazendo toda a programação esportiva usando a nova tecnologia. As inovações tecnológicas transformarão toda a produção e distribuição de audiovisuais. "Se antes não estávamos numa posição privilegiada, agora isso pode se confundir mais ainda".

Gleiser diz que a questão da parceria entre o cinema e a televisão está cada vez mais nítida. Dá o exemplo de *O Homem Nu*, de Hugo Carvana, que vendeu 67 mil ingressos, mas quando exibido na TV Globo alcançou uma média de 29 pontos no Ibope, o que representa nove milhões de telespectadores na Grande São Paulo. "Fica claro que o problema era da distribuição da produção do filme e que a televisão é parceira inevitável do cinema". Para ele, a exibição mostra o quanto seu produto vale para ser comprado e transmitido ao grande público.

Produções para TV – Ivan Ísola, coordenador do programa de Integração de Cinema da TV Cultura, alerta que se deve pensar em projetos educativos não apenas para as fases de produção, distribuição e exibição, mas também na formação de profissionais que possam operar as novas tecnologias. Ele adverte que as escolas de comunicação estão formando profissionais

para a década de 1950, sem conhecimento técnico necessário. "Sem falar no mercado que exige empresários e gestores institucionais abertos para novos projetos e negócios", completa.

De acordo com Ísola, as políticas públicas no setor audiovisual tendem a privilegiar o produtor e não o consumidor, o que na opinião dele é uma grave deformação. "O paternalismo sempre esteve presente, ao adotar critérios pouco claros na escolha de produtos a serem realizados."

O consultor jurídico Petrus Barreto ressaltou a necessidade de se focar o mercado para saber o que produzir. Para ele, não adianta fazer algo que ninguém vai ver, ainda mais se for parceria entre cinema e televisão, onde esta tem relação direta com os espectadores e a área comercial. Sua postura deixou muita gente escandalizada mas "não há qualquer sacrilégio nesse mecanismo".

Para que uma nova relação profissional seja estabelecida com sucesso nos projetos em parceria, ele cita alguns pontos básicos: conhecer a indústria da televisão para que haja negociações em pé de igualdade; compreender o que é essa indústria, como opera e qual a relação que tem com o mercado consumidor. "Sem orçamento, sem gestão e sem enfoque de resultados, a produção cinematográfica não estará preparada profissionalmente para qualquer tipo de parceria no mercado interno e no Mercosul."

Helena Perli da Produtora Brasil, mostrou resultado de pesquisa que avaliou o impacto da TV por assinatura no país, que indicam a preferência do público pela produção nacional. "As pessoas querem falar de si, de suas vidas, de sua cultura." Para ela, vários grupos de peso estão entrando no mercado de distribuição e há forte demanda para produtos nacionais. "É neste espaço que produtores, realizadores e empresários devem transitar com maior desenvoltura, sem preconceitos antigos", conclui Perli.

Elisabeth Ritto do canal GNT, da Net, concorda com Helena. Ela disse que o GNT já realizou 21 programas em co-produções, com bastante sucesso. "Para o futuro devemos manter e avançar os critérios de nossas co-produções: qualidade, assunto de interesse, possibilidades econômicas e viabilidade jurídica são fundamentais na hora de definir a parceria".

Rodrigo Deda

Mercosul quer investir nas co-produções

O quinto painel do III Seminário de Cinema e Televisão do Mercosul, tratou sobre a produção cinematográfica e televisiva na Argentina, Uruguai, Brasil e Chile. Uma das propostas apresentadas foi a possível união desses países para aumentar o número de filmes através da produção conjunta. A cinematografia brasileira começou a ganhar destaque novamente após as três indicações consecutivas para o Oscar de melhor filme estrangeiro.

Segundo Angela José, representante brasileira da Pulsar Artes, a principal barreira na área da co-produção audiovisual entre países é que muitas vezes os governos desses países tomam decisões e firmam acordos mas não divulgam o conteúdo para as empresas do ramo. Na opinião do diretor brasileiro, Henrique de Freitas Lima, "o problema é que as leis de convênios com os países são feitas por governantes que não entendem nada de co-produção audiovisual".

A questão dos subsídios também foi discutida e a conclusão é que "ele serve para resolver o problema de distribuição e que o objetivo principal é ajudar a manter a indústria viva".

Na Argentina, os filmes tem o custo médio de US\$ 1.250.000 dólares, e em 1998 dos 214 filmes exibidos em salas argentinas, 30 eram nacionais, representando 14% do total de 33 milhões de espectadores do país. No Chile, o filme custa em média US\$ 500 mil, sendo o custo médio de produção mais barato entre os países associados.

Um filme brasileiro tem um custo aproximado de R\$ 2 milhões e a participação nacional nas salas de exibição não passa de 10%.

Luiz Lima

Marketing é essencial para o cinema brasileiro

Pensão para gay divide universidade

Procurador critica benefício a parceiro de homossexual morto

"Uma apologia à viadagem!". Esta é a opinião de Marco Aurélio Moreira, procurador-geral da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre a decisão judicial de conceder metade da pensão vitalícia a um homossexual por morte de seu companheiro, que era professor da UFSC. "Acredito que, em todo o mundo, nunca foi pago este tipo de pensão com dinheiro de órgão público", diz o procurador. O professor M.J.N., morreu de câncer em 1995, aos 45 anos, sem deixar qualquer designação no Departamento de Recursos Humanos da universidade para seu companheiro, D.S., 33 anos. Desde então, a irmã de M., excepcional, recebia o valor integral, segundo o regime jurídico do servidor público federal: "Podem receber a pensão irmão órfão até 21 anos e inválido enquanto durar a invalidez".

A sentença foi de Cláudio Roberto da Silva, juiz federal substituto da 2ª Vara de Justiça de Florianópolis. Ele diz que a dependência de D.S. está comprovada e, por isso, a UFSC foi condenada a pagar-lhe metade da pensão desde a data da citação, acrescida de correção monetária e remunerada por juros de 0,5%. Marco Aurélio diz que o juiz exime de responsabilidade a irmã também beneficiada. "De onde a universidade vai tirar esse dinheiro eu não sei. Não podemos cobrar da família o que já foi pago durante esses dois anos", comenta o procurador. A irmã de M. continua a receber a outra metade da pensão.

O princípio constitucional da igualdade perante a lei foi o mais forte argumento do juiz na sua sentença. Ela foi publicada em 15 de abril último e vem provocando muita polêmica sobre a regulamentação da união entre pessoas do mesmo sexo. O advogado de D.S., Paulo Beirão, pergunta: "Se fossem de sexos opostos, qual seria o empecilho existente para que fosse concedida a pensão ao autor?". Nenhuma, sentenciou o juiz. Na folha 333 dos autos ele declara: "A discriminação de qualquer pessoa em razão da orientação sexual, não é admitida no ordenamento brasileiro, sendo que qualquer lei que conduza à discriminação, será inconstitucional".

O procurador da UFSC afirma que o juiz não interpretou corretamente o dispositivo legal, que diz que "o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar tem direito à pensão por morte". "Por isso, é má fé dizer que houve discriminação por orientação sexual por parte da UFSC. O fato é que D.S. não foi designado antes do óbito por escrito e a lei não está preenchida", diz Marco Aurélio. A Constituição reconhece apenas a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, lei esta que a deputada Marta Suplicy (PT-SP) vem tentando



Moreira, como Gandra Martins, vê inconstitucionalidade na ação e uma polêmica jurisprudência

modificar há algum tempo a favor dos homossexuais, com o Projeto de Lei nº 1151/95.

O Projeto Suplicy, em tramitação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Não se propõe a dar status de casamento à união dos homossexuais, mas visa direitos patrimoniais, garantindo direito à herança, seguro-saúde conjunto e aos benefícios previdenciários, aí incluídas as pensões pagas pelo Poder Público.

Inconstitucional - A este respeito, o jurista brasileiro Ives Gandra Martins, escreveu em *Comentários à Constituição do Brasil*, edição de 1998: "...pretende-se dar ares de entidade familiar à união de pederastas e de lésbicas...o que agride, inclusive, o conceito de família hospedado pela Lei Suprema. Aqueles que entendem que este tipo de união é apenas para garantia patrimonial das pessoas que têm atuação sexual contrária à lei da natureza, com manifesta distorção de uso de seu aparelho genital, desconhecem que tal garantia existe através de contratos civis, com o que, para tais fins, o direito já lhes oferta uma segurança adequada".

Pessoalmente, Marco Aurélio concorda com o jurista e afirma que este tipo de decisão dará margem a situações desonestas, com o Estado e com os próprios homossexuais. "Vai ter muito homossexual novinho, ou até heterossexual, querendo se encostar em servidores públicos mais velhos só para garantir a pensão quando eles morrerem". Porém, "reconhece que a causa é justa, pois se refere a um tipo de sociedade não de direito, mas 'de fato', a qual não se pode negar a existência no apagar do sé-

culo XX".

O procurador tem recebido críticas porque a UFSC vai recorrer da decisão da justiça, mas lembra que a Advocacia Geral da União obriga os procuradores-gerais a recorrerem até a última instância. "Não tenho outra alternativa", diz. O processo já foi encaminhado para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre e, se a sentença for alterada, poderá chegar ao Supremo Tribunal Federal.

D.S. prefere ficar no anonimato devido ao preconceito que sofre e porque sua família não sabe da sua história. Ele conheceu o professor em dezembro de 1989 na fila de um banco em Florianópolis, do qual era vigia. "Foi um encontro com o olhar e dali já saímos conversando", conta. Em janeiro de 90

foram morar em São Paulo, onde o professor fazia doutorado. Ao voltar para Santa Catarina, construíram uma casa em

uma praia de Florianópolis e viveram juntos até a morte de M. Neste período, acumularam imóveis e outros bens. "Tentei fazer um acordo com a família dele", diz D.S. "Receberia metade da pensão e os terrenos da praia e eles ficariam com o apartamento no centro de Florianópolis. Mas eles não cumpriram o acordo", lamenta. A família conseguiu a pensão para a irmã (os pais também são falecidos) e, segundo D.S., pegou para si o carro que ele já havia pago.

Ingênuo - D.S. se arrepende de não ter ouvido o companheiro quando ele quis fazer um testamento. "Sempre fugi do assunto. Talvez tenha sido ingenuidade da minha parte", diz. Durante um ano, ele tentou um acordo com os irmãos do companheiro morto, que costumavam visitar o 'casal' em ocasiões especiais. Um deles

argumentava que D. não deveria entrar na partilha dos bens porque era apenas um 'amigo'. "Foi aí que decidi entrar com uma ação para garantir o meu direito como companheiro", justifica D. Após três anos de espera, ele está cansado, mas feliz.

Assim como o seu advogado, Sérgio Beirão, que ouviu muitas piadinhas de companheiros de profissão ao defender pela primeira vez os direitos de um homossexual. Casado, com filhos, assumiu esta causa como um desafio. O advogado sabia das dificuldades para conseguir uma sentença favorável, e se apoiou em estudos comparativos com legislações de outros países e nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O mesmo recurso foi usado pelo juiz Cláudio Roberto da Silva para basear sua sentença. Beirão não acusa o promotor e a universidade de terem agido preconceituosamente: "Eles apenas fizeram o seu trabalho".

A iniciativa de D.S., do advogado e a decisão do juiz foram comemoradas por Reinaldo Pereira e Silva, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Santa Catarina. "Enquanto não advir uma lei específica que discipline os direitos da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, este tipo de decisão evidencia a importância da interpretação para a resolução de conflitos desse gênero", diz Reinaldo. Para ele, o juiz não está preso à letra da lei e deve usar a criatividade para resolver problemas como este.

Já D.S. faz questão de deixar claro que não milita por nenhuma causa gay. "Luto por uma causa minha, pela minha história...Se vai abrir precedentes na Justiça, e outras pessoas puderem ter seu direito reconhecido, ótimo, mas é consequência", conclui.

Textos: Ângela Delpizzo

Vestiba pode afunilar para mauricinhos

A concorrência por uma vaga na universidade pública poderá ficar ainda mais acirrada para os alunos de escolas particulares. Em agosto, será enviado à Câmara dos Deputados o projeto de lei que reserva metade das vagas das instituições públicas de ensino superior para quem sempre estudou em escola pública. O projeto, de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), foi aprovado por unanimidade em junho pela Comissão de Educação do Senado. Isto significa que a proposta irá direto para a Câmara, e, se aprovado, passará pela sanção do presidente Fernando Henrique. "O acesso às universidades públicas tem sido um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais existentes em nosso país", justificou Paes de Barros. O projeto de lei reflete, na educação, a crescente luta por direitos específicos de determinadas parcelas da sociedade. As reivindicações destes grupos organizados vêm resultando em ações como a criação de cursinhos apenas para pessoas de baixa renda, para homossexuais e brigas na Justiça por inscrições gratuitas no vestibular, entre outras. Neste caso, o projeto só beneficiará os estudantes que cursaram todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas. Para o senador Paes de Barros, estes jovens não competem em igualdade no vestibular com os alunos oriundos de escolas particulares. Rodolfo Pinto da Luz, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da UFSC, considera o projeto inconstitucional. "Temos de democratizar o acesso e não criar reservas", explica. Para ele, a melhor forma de garantir igualdade na disputa pelas vagas nas universidades é melhorar a educação básica no país. Ao menos por enquanto, o assunto não será discutido na reitoria da UFSC, devido ao fim do mandato de Pinto da Luz. "Vai ficar parecendo propaganda política", diz Luiz Carlos Manhães, da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. Da mesma opinião do reitor compartilha Milton Muniz, vice-presidente da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (Apufsc). "A partir do momento em que o projeto for aprovado, os alunos ricos vão acabar estudando nas escolas públicas, para garantirem suas vagas na universidade", diz. A Apufsc ainda não tomou nenhuma posição, mas o assunto já está agendado para a pauta de agosto. Os resultados de uma pesquisa do ministério da Educação, realizada em 1996, revela que 55% dos alunos que ingressaram no ensino superior estudaram a maior parte do tempo em escolas particulares e 45% deles, em públicas, o que não representaria nenhum disparate. Mas 73,5% do total de vestibulandos vieram do ensino público e 26% do particular. "Esses estudantes da rede pública passam a ser minoria entre aqueles que obtêm sucesso no vestibular", conclui o autor do projeto de lei.

Valdecir Becker - Zero

Super-bactéria não se entrega

Imunes às drogas existentes, os micróbios desafiam a ciência

As bactérias estão de volta e, desta vez, apesar de toda a tecnologia, não há motivo para muito otimismo. Mesmo as bactérias julgadas sob controle, retornam na entrada do século 21 e causam graves problemas hospitalares e epidemiológicos. Uma ameaça à saúde que coloca a humanidade em risco iminente de um desastre.

Novas drogas contra a surpreendente resistência das bactérias desafiam a alta tecnologia e, neste combate, é necessário conhecer a fundo os mecanismos e as origens de poder destes microorganismos.

Um passado marcado por epidemias famosas que mataram milhares de pessoas parecia solucionado.

A humanidade acreditou que as bactérias estavam liquidadas quando Alexander Fleming, médico inglês, descobriu a penicilina em 1928 e Gerhard Domagk, químico alemão, obteve a sulfa em 1935. A partir da década de 40 os antibióticos haviam se tornado a arma mais potente para combater os agentes infecciosos que, até então, se estimava de cada 10 casos de infecção grave, oito levavam à morte.

O surgimento das superbactérias é, e provavelmente continuará sendo, um sério problema para medicina. Por acontecer exatamente de forma natural, através de mutação espontânea e recombinação genética, processos comuns em todos os seres vivos, os antimicrobianos (antibióticos sintetizados pelos seres vivos, e produtos sintéticos ou semi-sintéticos) atuam como agentes seletivos. Desta maneira, há uma vantagem para os organismos mais aptos, proporcionando a algumas bactérias o aumento do nível de resistência a um determinado ambiente, um potencial de dificultar ou impedir a atuação das drogas de combate.

Entre as causas do aumento na capacidade de resistência estão: o uso indiscriminado de antibióticos (vendidos livremente), o desrespeito aos intervalos entre uma dose e outra, o antibiótico em ração animal e principalmente o uso abusivo destas drogas em hospitais e consultórios.

São muitas as dificuldades da ciência para encontrar novos antibióticos. Através de pesquisas, foi possível concluir que para um só gene podem ser encontrados até 20 mutantes. Por isso, a biologia molecular deverá inverter os métodos de obtenção de antibióticos - irá primeiro identificar o alvo que será atacado, mas só depois produzirá algum medicamento adequado.

Velhas epidemias - As doenças que mais preocupam os estudiosos são conhecidas de longa data, como a tuberculose, pneumonia, meningite, gonorréia, as infecções em geral, as queimaduras e todos os tipos de infecções sistêmicas. A maioria delas ataca em hospitais (infecções hospitalares) e pacientes imunocomprometidos,

como por exemplo, os aidéticos e idosos.

O *Staphylococcus aureus*, que causa a endocardite, osteomielite e toxinfecções, é dos mais preocupantes, resistindo a praticamente todos os antimicrobianos, com exceção da vancomicina. Esta situação é crítica e grave, pois em alguns enterococos (próximos desta bactérias) já foram registrados casos resistência também à vancomicina.

A tuberculose causada pelo bacilo de Koch (*Mycobacterium tuberculosis*), após ser considerada sob controle na década de 70, reemergiu neste final de século principalmente ao aliar-se com a AIDS.

A resistência pode ser cromossômica ou plasmidial. A cromossômica surge por mutação espontânea, pela simples troca de nucleotídeos (unidade básica do DNA ou RNA), e após a mutação ela pode adquirir resistência pela alteração ou superprodução de enzimas ou ainda, pela mudança na síntese de proteínas, que altera a permeabilidade da droga para o interior da bactéria, impedindo assim, a eficácia dos antibióticos.

Durante a resistência plasmidial ocorrem no interior das células bacterianas, degradações dos betalactâmicos (através da síntese de enzimas ligadas a decomposição da droga), efluxos (que transportam para fora da célula a tetraciclina) ou ainda a proteção do alvo que a droga deveria atingir. Além disso, ela é altamente transferível, podendo passar para bactérias não aparentadas geneticamente. O mercúrio, que aparece em contaminações ecológicas, também ajuda no processo de resistência na forma de redução química. Os investimentos em pesquisa que buscam soluções eficazes no combate às superbactérias é algo necessário e muito importante. Em países considerados de terceiro mundo, onde as condições de propagação das doenças são ainda mais favoráveis devido às grandes comunidades pobres, ela deveria ser uma das prioridades.

Para se ter idéia de quanto é difícil para se conseguir uma nova droga, até ela chegar ao mercado são necessários aproximadamente 10 anos, e gasta-se normalmente US\$ 250 milhões.

Segundo o professor Artur Smânia, que também é doutor em Ciências (microbiologia), o Brasil aplica quase nada nesta área. "Isto é preocupante e também é desanimador", diz ele, referindo-se à falta de interesse do governo em investir em pesquisas. No Brasil existem profissionais sérios e altamente capacitados, mas que não são reconhecidos pelo seu empenho e dedicação.

O FIM desta batalha ainda não se conhece, mas a tecnologia através dos pesquisadores continuará se empenhando para conhecer o inimigo e enfrentá-lo. Na busca por novos antibióticos, ou na tentativa de inibir a transferência gênica, na obtenção de vacinas e no controle do uso e abuso dos medicamentos pretende-se descobrir a solução para estes males da Humanidade.

Jornais reduzem largura mas o preço não baixa

Os principais jornais brasileiros estão menores desde o dia 6 de julho. Os diários publicados no formato standard como a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, passam agora a ter 2,54 cm ou uma polegada a menos de largura na área impressa, que agora mede 29,7 cm. A mudança segue o padrão de alguns dos maiores jornais do mundo, como o Washington Post e o Los Angeles Times.

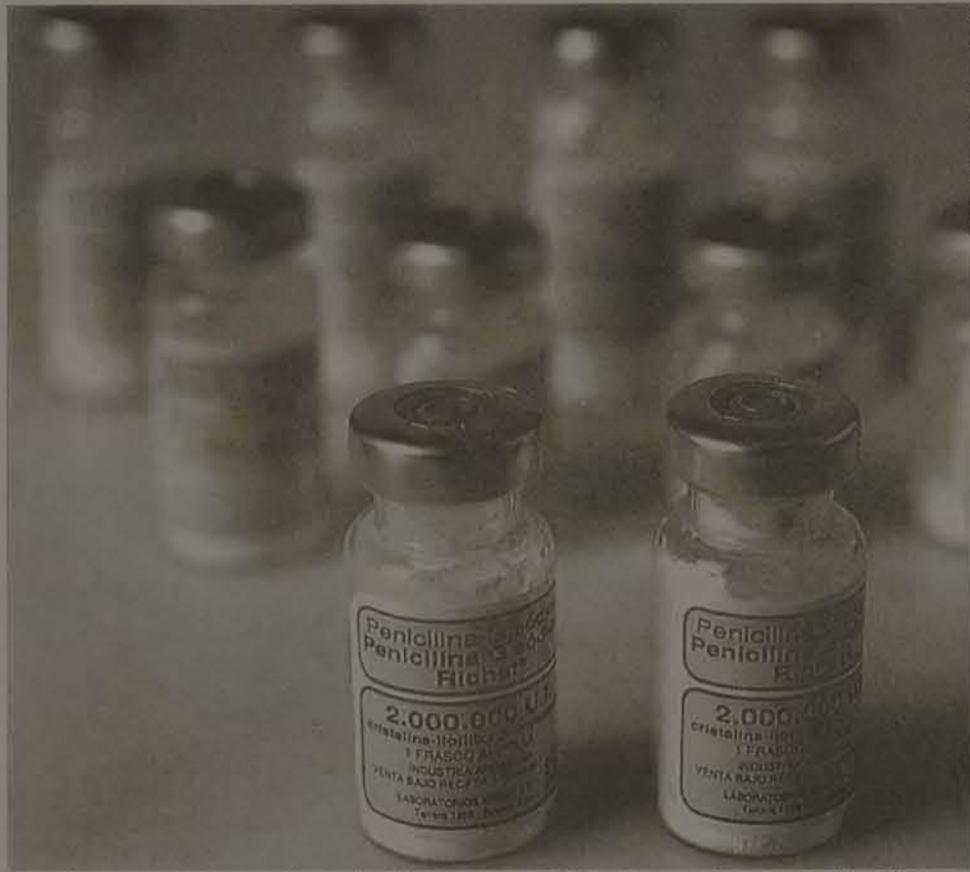
No Brasil, a decisão de reduzir a largura foi tomada por 83 jornais entre os 96 que são filiados à Associação Nacional dos Jornais (ANJ), o que inclui os catarinenses A Notícia, Jornal de Santa Catarina e O Estado. A origem da mudança é a redução nos gastos feitos pelas empresas na compra de papel, que em geral representam de 15% a 20% dos custos operacionais, segundo a ANJ. Segundo Jorge Lacerda, diretor industrial do jornal O Estado de S. Paulo, a mudança vai permitir uma economia de 6 mil toneladas por ano em papel. Com a desvalorização do real em janeiro, o preço do papel aumentou em 40%. "A redução na largura das páginas vai evitar que esse aumento de custo seja integralmente repassado aos leitores", diz.

Outra mudança é a padronização do tamanho das colunas dos jornais. Com a diminuição da largura das colunas das páginas standard, estas passam a ter o mesmo tamanho que as colunas dos suplementos em formato tablóide. As agências de publicidade aprovaram a mudança, já que os tamanhos dos anúncios também serão padronizados. "Isso vai reduzir os custos da preparação dos anúncios, já que não precisaremos criar anúncios de tamanhos diferentes para cada formato", afirma Dalton Pastore, sócio-diretor da agência Carillo Pastore Euro RSCG.

Com a mudança, o jornal O Estado de S. Paulo resolveu fazer alterações no projeto gráfico, e vai reduzir o número de colunas do jornal de seis para cinco. A capa já está sendo feita com esta colunagem, e aos poucos a mudança vai se impor em todos os cadernos. No diário catarinense A Notícia, que tem sede em Joinville, a mudança não causa grandes alterações no projeto gráfico. Com a redução na largura das colunas, de 5,1 cm para 4,6 cm, o corpo dos textos teve que diminuir. "Nós tomamos cuidado para que essa mudança não implicasse em diminuição na quantidade de textos", diz Pierre Timóteo, diretor de arte do jornal.

Os jornais standard também pretendem facilitar a leitura, para competir com os jornais em formato tablóide. Em Santa Catarina, o único diário tablóide do Estado, o Diário Catarinense, não pretende modificar o formato.

Olavo Oliveira



Descoberta em 1929, por Alexander Fleming, a penicilina desencadeou outras descobertas

Só nos países asiáticos como China, Paquistão, Índia, Indonésia, Filipinas e Bangladesh ocorre, segundo a OMS, 52% dos 8 milhões de casos de tuberculose por ano no mundo.

Bactérias transportadas - Além de tudo, as superbactérias estão aliadas à facilidade e velocidade dos meios de transporte no contágio. No caso da tuberculose, que foi descoberta em 1882, a doença é transmissível pela aspiração de bactérias expelidas pelos doentes e pela ingestão de leite contaminado. A maioria das doenças, porém, atingem a população mais pobre, que não tem condições adequadas de higiene e saneamento básico ou ainda o descuido na limpeza dos hospitais.

O mecanismo de resistência das bactérias é explicado pelo professor Artur Smânia Júnior, do MIP Laboratório de antibióticos da UFSC, da seguinte forma: tudo o que dificultar ou impedir o encontro da droga com o alvo (neste caso, enzimas que são importantes para o metabolismo da célula bacteriana), gera maior ou menor resistência.

Para se conseguir uma nova droga é preciso pesquisar 10 anos e gastar US\$ 250 milhões

Daniel Pessah - La Nación

Rubia Muttini

Durante a semana do meio ambiente realizada entre os dias 28 de maio e 3 de junho, um stande do Greenpeace divulgou suas atividades e recolheu assinaturas para a proposta de criação de um santuário de baleias no Atlântico Sul. A seção brasileira da entidade preservacionista vai atuar este ano principalmente em função de duas campanhas: a Amazônia como prioridade global e a criação de um santuário de baleias na parte sul do oceano Atlântico. O Greenpeace é uma organização não-governamental mantida exclusivamente por doações de seus filiados e venda de produtos com a marca Greenpeace. Há quase trinta anos o movimento atua em diversos países promovendo campanhas e manifestações visando sensibilizar a opinião pública para a importância da proteção aos animais e preservação do meio ambiente.

Quando o diretor executivo mundial do Greenpeace, Thilo Bode, esteve no Rio de Janeiro durante a semana do meio ambiente, enfatizou que a luta contra a destruição da floresta amazônica será uma das principais prioridades do Greenpeace no próximo milênio. A campanha consiste em fazer um levantamento das madeiras que estão na floresta e como elas atuam, e criar áreas de extração de madeiras certificadas para que a exploração da madeira amazônica seja feita de uma forma racional. Além disso, o movimento pretende atingir formas alternativas de sustento para a população da região, evitando que sua sobrevivência não se limite ao corte de árvores.

Conforme Ivan de Sá Pereira, coordenador regional, o Greenpeace quer pesquisar que produtos poderiam ser extraídos da floresta para o sustento da população e em quais mercados do mundo eles poderiam ser comercializados. Outra iniciativa é a de realizar um levantamento das madeiras de lei da região e de seu aproveitamento. É que as práticas de abate em uso são predatórias. As madeiras usam dois tratores (*bulldozers*) unidos por uma corrente, que em seu arrastão indiscriminado, acabam devastando todas as árvores do caminho, só para obter as madeiras que serão comercializadas. Estas centenas de milhares de árvores que ficam pelo chão inaproveitadas, se transformam em material de fácil combustão gerador de queimadas. Segundo o coordenador regional, muitas destas árvores desperdiçadas, são tão boas quanto o mogno para fazer móveis, entre outras utilidades, mas que não são aproveitadas por ignorância.

Pelas baleias—O Greenpeace, durante a semana do meio ambiente, também recolheu assinaturas para a criação de um santuário de baleias no oceano Atlântico. Para esta campanha os ativistas regionais já haviam recolhido assinaturas em Torres (RS) durante o Torneio Nacional de Balões, em vários locais de Florianópolis e na unidade da Univali em Itajaí entre abril e maio. O Greenpeace-Brasil mantém esta campanha de coleta de assinaturas em apoio à proposta do governo brasileiro para criação do santuário feita na reunião do ano passado da Comissão Baleeira Internacional (CBI). Há um impasse, porém, com a posição de um parceiro do Mercosul. O governo argentino garante que só aceitará a proposta, caso ela exclua as 200 milhas marítimas de sua Zona Exclusiva Econômica—ZEE. Com a decisão argentina, o governo brasileiro retirou da pauta da reunião deste ano da CBI a discussão da proposta. Mas os ativistas continuam recolhendo assinaturas para entregá-las na reunião da comissão do ano que vem. A campanha já obteve mais de 200 mil assinaturas e pretende atingir 1 milhão.

Mesmo tendo a CBI criado em 1986 a moratória à caça comercial de baleias, países como Noruega e Islândia desrespeitam a proibição enquanto o Japão mata para "pesquisa científica", aproximadamente 440 baleias *minke* por ano, segundo o movimento. Com a criação do santuário, todos os países e governos do Atlântico Sul passariam a se responsabilizar pela proteção das baleias e, seria dificultada a movimentação das frotas baleeiras em direção ao já existente Santuário Antártico de Baleias.

GREENPEACE DÁ MURRO EM PONTA DE FACÇA

Movimento não desiste de tentar salvar o mundo

Geladeira ecológica dá fim aos gases nocivos

O Greenpeace está fazendo uma campanha no seu site da Internet para que o Congresso Nacional antecipe o prazo dado pelo protocolo de Montreal, para o fim do uso dos gases CFC (CloroFluorCarbonos) e HCFC (HidroCloroFluorCarbono) no Brasil. O CFC e o HCFC são substâncias nocivas à camada de ozônio, utilizadas no isolamento térmico das paredes das geladeiras. Além disso, a partir do CFC é criado um gás de refrigeração, que é 3.200 vezes mais potente que o gás carbônico no aquecimento global, o HFC (HidroFluorCarbono). Enquanto o prazo para a indústria nacional substituir o CFC é 2005 para o HCFC é 2035. O movimento quer que as indústrias passem a fabricar o *Greenfreeze*, uma geladeira ecológica, fabricada pelo Greenpeace em associação com o Instituto de Higiene de Dortmund da Alemanha. Nas geladeiras são utilizadas substâncias que não danificam o meio ambiente e nem são patenteáveis, sendo tecnologia de livre acesso.

Desenvolvida em 1992, a tecnologia *Greenfreeze* utiliza hidrocarbonetos derivados do petróleo, o ciclopentano nas espumas de isolamento térmico e isobutano nos sistemas de refrigeração. Estas substâncias, segundo o Greenpeace, permitem construir equipamentos com maior economia de energia e que não prejudicam o meio ambiente. As geladeiras "verdes" já são produzidas pelos grandes fabricantes mundiais em vários países da Europa e serão produzidas na Argentina, Cuba e Índia. Entre estes fabricantes estão a Bosch (Continental), Electrolux e Whirlpool (Brastemp e Consul), que atuam no Brasil, mas nenhum deles produz este equipamento no país. "Para o Greenpeace, os brasileiros não podem ser tratados como consumidores de segunda categoria", diz Délcio Rodrigues, coordenador de campanhas da entidade.

Em abril, ativistas fantasiados de pingüim entregaram à diretoria da Brastemp um abaixo-assinado com 22 mil assinaturas de consumidores brasileiros pedindo a fabricação do *Greenfreeze* no país. As assinaturas foram recolhidas durante a *Caravana pelo Clima do Planeta*, organizada pelo movimento, que visitou mais de 30 cidades, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A caravana montava as geladeiras "verdes", explicava o seu funcionamento e efeito sobre o meio ambiente. Até o fechamento desta edição, de acordo com o Greenpeace, a Brastemp ainda não havia se pronunciado em relação ao abaixo assinado.

A Brastemp, Consul e Electrolux lançaram no Brasil geladeiras falsamente apresentadas como ecológicas. Os modelos utilizam o gás HFC ou HCFC em substituição ao CFC. A Electrolux chegou a lançar um anúncio enganoso do modelo R260: "Isto que é geladeira: não deixa nem a temperatura da Terra subir". Na geladeira era usado o HFC, 3.200 vezes mais potente que o gás carbônico para o aquecimento global.

A entidade entrou com representação contra a empresa na delegacia do consumidor e no Conselho de Auto-Regulação Publicitária. O Conar recomendou a retirada do anúncio, mas o produto continua sendo apresentado como "ecológico" no atendimento ao consumidor da empresa como apurou nossa reportagem. Depois de afirmar que a Consul fabrica um refrigerador considerado ecológico, o funcionário do atendimento ao consumidor, quando questionado se o produto utilizava hidrocarbonetos, teve dificuldades em responder a pergunta, e acabou desmentindo a primeira resposta, dizendo que quem fabricava a geladeira ecológica era a Brastemp. Nesta, a funcionária disse que a empresa fabricava uma geladeira ecológica com isolamento feito a partir do CFC e com o gás considerado ecológico pela Brastemp, o R134-A. A funcionária não soube informar sobre a composição do gás e a empresa não respondeu ao fax enviado pelo jornal até o fechamento da edição.



Rainbow Warrior, o navio afundado pelo serviço secreto francês e atitudes de três campanhas distintas: pela preservação das baleias, das florestas e contra o uso de gases que agridem a camada de ozônio



Grupo obteve projeção chamando atenção da imprensa

O Greenpeace surgiu na década de 70, quando 12 pessoas partiram de um porto canadense para a costa do Alasca com o propósito de chamar a atenção da opinião pública para testes nucleares na região. Não só conseguiram o apoio popular como a suspensão dos testes. Baseadas em ações diretas e no princípio de não-violência, como todas ações do Greenpeace são, quatro campanhas tornaram o movimento reconhecido internacionalmente: uma contra a caça aos bebês-foca, outra para o fim da caça as baleias, a *Operação Exodus* e a mais dramática, pelo fim dos testes nucleares franceses no Atol de Mururoa, que ocasionou o afundamento do navio *Rainbow Warrior*. No Brasil, o movimento ficou conhecido quando denunciou que a paralisação da Usina de Angra I se devia a sérios problemas técnicos - escondidos da população. O Greenpeace, com o objetivo de defesa do meio ambiente, se espalhou pelo mundo e possui escritórios em 29 países depois de 26 anos de atividade.

Em meados dos anos 70, milhares de filhotes de focas eram mortos na costa leste canadense pela Noruega e Canadá por suas peles, que por serem ainda brancas, tinham alto valor no mercado europeu. Em 1976, o Canadá implantou uma "lei de proteção às focas", que tornava ilegal qualquer protesto ou tentativa de impedir a sua caça. Nos dias seguintes a implantação da lei, vários ativistas se abraçaram aos filhotes de baleia, bloquearam navios de caça e pintaram os bebês-foca com tinta verde não-tóxica para evitar seu abate. Foram ao todo oito viagens às geleiras canadenses, até que em 1982, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução contra a importação de peles de filhotes de foca para os países da comunidade européia.

A Confederação das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano havia decretado uma moratória em 1972 contra a caça às baleias por um período de 10 anos, que era ignorada por vários países. Em apoio a moratória, o Greenpeace colocou botes infláveis, os *zodiacs*, com ativistas entre os arpões e as baleias, numa tentativa de evitar a matança. Durante a primeira missão, um navio soviético disparou um arpão que quase atingiu os tripulantes de um dos

botes que estava na linha de tiro dos caçadores. As imagens do arpão passando tão perto dos ativistas foram divulgadas nos principais noticiários do mundo. No ano de 1982, a comissão baleeira internacional aprovou a moratória à caça de baleias por tempo indeterminado.

Quando o navio da organização, *Rainbow Warrior*, voltava em 1985 para o Atol de Mururoa, onde ocorriam testes nucleares franceses, o membro do parlamento das Ilhas Marshall, senador Jelou Anjain, pediu ao Greenpeace que transferisse toda a população da ilha de Rongelap para a ilha de Mejiato, distante 190 quilômetros. Nas décadas de 40 e 50, Rongelap havia sido contaminada por poeira radioativa de teste nucleares norte-americanos feitos na região. O número de pessoas com câncer na tireóide, leucemia e crianças nascidas com defeitos transgênicos era grande. Toda a população, cerca de mil pessoas, foi transportada para Mejiato numa operação que durou dez dias e ficou conhecida como *Operação Exodus*.

Quando o navio estava na Nova Zelândia para ser reabastecido, antes de retornar para o local dos testes nucleares franceses, duas explosões racharam o casco do navio. Foram presos dois agentes do serviço secreto francês como suspeitos e em setembro de 1985, o ministro da defesa da França, Charles Hernu, pediu demissão admitindo cumplicidade, mas afirmando que a decisão havia sido ocultada do governo.

No Brasil, o Greenpeace denunciou que em março de 1993, a Usina Nuclear de Angra I havia sido fechada por causa de problemas técnicos que foram ocultados da população. O relatório dos problemas de Angra I foi entregue à Procuradoria da República e um dos responsáveis pela usina foi indiciado por omissão de informação.



Textos: Valéria Queiróz

PAX AMERICANA

OTAN DEVASTA NAÇÃO SOBERANA

Kosovo foi invadida há 700 anos pelos turcos otomanos, os imperialistas da época



Bombardeios "cirúrgicos" da OTAN mataram centenas de civis inocentes

Pais vai levar 20 anos para se recuperar dos 78 dias

A guerra acabou, mas está começando a pior parte: reconstruir tudo o que foi perdido. Os prejuízos foram de US\$ 100 bilhões, considerando-se principalmente perdas de pontes, fábricas, usinas elétricas, estradas, casas, lucros cessantes, interrupção de educação de crianças e horas de trabalho perdidas. Somente na Sérvia houve a perda de 500 mil empregos diretos, e se os outros países não ajudarem, ela levará 20 anos para voltar ao ponto em que estava três meses antes dos bombardeios.

Os alemães, ministros da Fazenda dos países membros do G-7 e banqueiros convocados pelo Banco Mundial estão preparando um "Miniplano Marshall" para a recuperação da região, mas os Estados Unidos e o Reino Unido já anunciaram que não darão ajuda nenhuma enquanto Slobodan Milosevic governar. O Miniplano vai custar aos países europeus entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões por ano, durante os próximos cinco anos. O verdadeiro Plano Marshall foi a ajuda financeira dada à Alemanha pelos Aliados, depois de sua destruição no pós-guerra. Ele fez com que o país se transformasse numa mina de oportunidades.

Com 78 dias de duração, a guerra teve um saldo de cerca de 8 mil mortos e 10 mil feridos, sendo a maioria de militares iugoslavos. Durante estes meses ocorreram mais de 25 mil bombardeios, com 1.100 aviões e 20 navios majoritariamente americanos. A Otan teve um gasto de US\$ 7 bilhões (média de US\$ 89 milhões por dia). Os gastos serão muito maiores levando em consideração a manutenção da força de paz, que deve consumir US\$ 2,4 bilhões por ano — sem contar aviões e navios de apoio. Com este valor seria possível garantir um desenvolvimento acelerado para todos os países dos Balcãs.

Em 50 anos de existência é a primeira vez que a Otan invade um país soberano. O que se espera agora é que ela ajude os 800 mil refugiados a repatriarem Kosovo. Para isto são necessários US\$ 2 bilhões. Vê-se, desta forma, que a ruína não está apenas na própria guerra, mas no que vem depois dela. E Milosevic ainda acredita ter sido vitorioso: "Fomos vencedores da guerra, pois não aceitamos entregar a agressores estrangeiros o berço de nossa cultura e religião". Não é o que pensa a população, que quer o ditador fora do poder, como comprovam sucessivos protestos e manifestações realizadas depois do fim da crise iugoslava.

Movido pelo objetivo de realizar uma "limpeza étnica" na Iugoslávia, o presidente sérvio Slobodan Milosevic ordenou a matança em massa dos albaneses-kosovares, inimigos de seu povo. Acusados, mais de 500 mil albaneses abandonaram suas casas e refugiaram-se nos países vizinhos, alguns dos quais não os queriam receber. Diante de tais atrocidades, depois de uma tentativa de negociação de paz fracassada no castelo Rambouillet, a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) se viu obrigada a intervir. Os sérvios argumentam que a região de Kosovo tem importância histórica para eles e faz parte do país há mais de mil anos. Em todo esse tempo sempre houve conflitos. Estas batalhas se arrastam desde

1389, quando os turcos otomanos conquistaram a Sérvia na Batalha de Kosovo. Tudo isso rendeu à região dos Balcãs o título de "barril de pólvora da Europa".

A península balcânica, localizada no sudeste da Europa, abrange a Albânia, a Grécia, a Macedônia, a Bulgária, a Romênia, a Bósnia-Herzegovina, a Croácia, a Eslovênia, a parte europeia da Turquia e quase toda a Iugoslávia. A Iugoslávia, "terra dos eslavos do sul", divide-se atualmente em duas regiões: Montenegro e Sérvia. Kosovo e Vojvodina são províncias independentes inseridas na Sérvia. A população de Kosovo é formada em 90% por albaneses kosovares (muçulmanos) e o restante por sérvios (cristãos ortodoxos) e outros povos eslavos, como húngaros e croatas.

Os eslavos chegaram aos Balcãs no século VI d.C., fugidos do sul da Polônia e da Rússia. Em fins do século XIV, os turco-otomanos dominaram toda a península. Algum tempo depois os povos balcânicos, incitados por sentimentos nacionalistas, começaram a lutar para tornarem-se independentes dos turcos. Depois de uma batalha fracassada em 1690, os sérvios emigraram em massa de Kosovo, sua terra de origem, rumo ao norte. Criaram, então, a Sérvia. Os albaneses, habitantes das montanhas vizinhas, foram usados pelos otomanos para ocupar a região de Kosovo.

No fim do século XIX, Sérvia e Montenegro se rebelaram e vence-

ram a Turquia, mas Kosovo continuou sob controle dos otomanos. Nas Guerras Balcânicas (1912-1913), depois de 500 anos de dominação, os sérvios recuperaram suas terras e finalmente puderam voltar para Kosovo. Mas não por muito tempo. Durante a Primeira Guerra Mundial, os sérvios foram novamente expulsos pelo exército alemão, que ocupou a região de Kosovo devido à sua posição estratégica. O estopim desta guerra, aliás, foi o assassinato do arquiduque austriaco Francisco Ferdinando por um nacionalista sérvio, em 1914, em protesto à recente anexação da Bósnia e outras regiões da antiga Sérvia pelo Império Austro-Húngaro.

Reino da Iugoslávia - A Albânia foi invadida durante a Primeira Guerra pelos sérvios (e austro-húngaros, italianos, franceses), o que acirrou o ódio entre os dois povos. Em 1918, com o fim da guerra, os sérvios retornaram a Kosovo e contribuíram para a formação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. Logo surgiram problemas no reino. Como o rei era sérvio, os eslovenos e croatas exigiam maior autonomia nos seus assuntos locais. O reino, então, tornou-se a Iugoslávia, que foi dividida em seis regiões: Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia. Em 1929, Kosovo passa a fazer parte do reino da Iugoslávia.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a Albânia foi dominada pelos italianos, depois de ter conquistado sua independência em 1920. A Iugoslávia foi ocupada pela Alemanha nazista e Kosovo incorporada ao Império Italiano, em 1941. Os guerrilheiros sérvios opuseram feroz resistência aos alemães, mas foram cruelmente reprimidos. Quando a Itália se rendeu aos Aliados em 1943, as tropas alemãs ocuparam também a Albânia. Terminada a guerra, Kosovo voltou a pertencer à Iugoslávia, que havia se tornado comunista sob a liderança do Marechal Josip Broz Tito, herói da resistência.



Milosevic: faxina étnica

Os comunistas iugoslavos tinham ajudado os comunistas da Albânia a organizar seu governo. Mas, em 1948, quando Tito rompeu com o ditador russo Josef Stalin, os albaneses tomaram o partido da União Soviética. Pretendiam com isso que os soviéticos os ajudassem a assumir o controle de Kosovo, onde viviam muitos albaneses. Entretanto, a União Soviética não os ajudou e o episódio serviu apenas para agravar as relações entre Albânia e Iugoslávia.

Em 1974, Tito concedeu aos albaneses-kosovares a autonomia política e econômica da província de Kosovo. Com a morte de Tito em 1980, a federação iugoslava entrou em processo de desagregação. A queda do comunismo na Europa em 1989 faz com que Slobodan Milosevic, o novo presidente iugoslavo, adote outra causa: o nacionalismo sérvio. Assim, acabou com a autonomia de Kosovo, restringindo os direitos políticos da província. Em

1992, os albaneses proclamaram a "República de Kosovo", presidida por Ibrahim Rugova, e votaram para separar-se da Iugoslávia, provocando ameaças do presidente iugoslavo.

De 1991 a 1995, Croácia, Eslovênia e Bósnia-Herzegovina conquistaram sua independência da Iugoslávia, fazendo com que os sérvios reagissem violentamente sem resultado. Durante este período, Milosevic não interferiu nas ações dos kosovares. Somente em 1997, quando é criado o Exército de Libertação de Kosovo, ele inicia a intervenção armada na província. O exército, formado por guerrilheiros separatistas, teve o apoio da Albânia. Milosevic reprimiu a guerrilha, desencadeando massacres de ambos os lados. Os outros desdobramentos continuam a frequentar as páginas dos jornais com as pressões da população para depor Milosevic e as recentes descobertas de novos cemitérios clandestinos com vítimas de ambos os lados.

Textos: Leyla Spada e Ângela Delpizzo